

**ATA N.º 03/2019**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 30 de abril de 2019 -----

----- Aos 30 dias do mês de abril de 2019, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (1.ª Revisão do PDM) e estabelecimento simultâneo de Medidas Preventivas;-----

3 - Remodelação do Abastecimento de Água ao Sector da Tocha – Adutoras Fervença/Tocha e Tocha / Praia da Tocha / Declaração de Interesse Público Municipal;-----

4 – Relatório anual de atividades e Plano de Ação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede / Para conhecimento;-----

5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Pequenas vozes de Febres;-----

6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Requalificação da sede da Junta e Capela Mortuária de Cadima;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de pedras e entulhos do leito da Ribeira de Ançã;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Requalificação do cemitério da Freguesia;-----

- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2018 pela equipa de Sapadores Florestais;-----
- 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação dos cemitérios da Freguesia;-----
- 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Requalificação da sede da Junta de Freguesia;-
- 12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Requalificação do Polidesportivo de Sepins e requalificação sede da antiga Junta de Freguesia do Bolho;-----
- 13 - Apreciação, discussão e votação das condições com vista à concessão da exploração do Bar Quiosque junto ao Largo S. Mateus, em Cantanhede / Hasta Pública;-----
- 14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de consulta prévia para celebração de contrato ao abrigo do acordo quadro para Fornecimento de eletricidade em regime de Mercado Livre (CIMRC-AQ 03/2018) promovido pela CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 02/2019, CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 03/2019, CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 04/2019;-----
- 15 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2018 e aplicação do resultado líquido do Exercício / da Relação dos bens patrimoniais do Município;-----

16 – Reporte da Execução financeira dos Contratos-Programa celebrados com a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA relativos ao ano de 2018 / Para conhecimento;-----

17 – Reembolso e restituição da derrama liquidada pelos sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150.000,00 €, relativo ao exercício económico de 2017 / Para conhecimento;-----

18 - Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2019;-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, saudou todos os presentes e, de seguida, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e pedidos de substituição, tendo justificado as faltas do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, Euclides Manuel dos Santos Vinagreiro e do Sr. José Carlos Martins de Jesus, ambos por motivos profissionais, conforme documentos apresentados. Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã pela sua Secretária, Gisela Maria Vaz Parreiral e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha também pelo seu Secretário Antero António Paiva.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2019, da sessão da Assembleia Municipal de 20 de fevereiro de 2019. Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 1/2019, a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 21 de fevereiro 2019 a 30 de abril de 2019, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida deu início ao período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, apresentou três assuntos, nomeadamente: -

Relativamente ao *PLOGGING* realizado na Praia da Tocha, informou ter sido efetuado com base numa ideia que nasceu na Suécia, há 2 anos, sendo que, à medida que as pessoas vão fazendo o seu *jogging*, vão apanhando o lixo. Acrescentou que a ação foi levada a cabo pela Associação Progresso e Vida da Tocha, da qual faz parte da direção, a qual teve um grande impacto e pode ser um bom exemplo de proteção ambiental. Assim, deixou uma nota de reconhecimento à Câmara Municipal, à INOVA e à Junta de Freguesia da Tocha, a todas as coletividades da Tocha, à escola, aos escuteiros, aos compartes e também ao próprio tecido empresarial pelo apoio prestado. Acrescentou que a Associação tinha uma caminhada solidária programada e resolveu transforma-la no 1.º Tocha *PLOGGING*, que ficou marcado para o início das férias da Páscoa, porque nessa altura a praia já tem alguma afluência de pessoas. Portanto, a ideia era limpar o areal e, apesar do dia escolhido estar com aviso amarelo, a adesão foi extraordinária, com a presença dos nossos autarcas, da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, da Sr.ª Vereadora Célia Simões, os Presidentes das Juntas de Freguesia, a participação excecional das crianças da escola, dos jovens da escola da Tocha e ainda o canal televisivo SIC, que noticiou o evento. Afirmou que, através de ações simples, pode-se ir criando no cidadão comum uma consciência ecológica, no caso, sobretudo vocacionada para a recolha de plásticos que ascendeu a uma tonelada e 100 quilos de plástico. Considerando ter sido uma ação meritória, deixou assim uma palavra de reconhecimento a todos os participantes e o desafio da ação poder ser implementada facilmente em qualquer local do concelho de Cantanhede, que sempre foi um concelho que andou à frente em muitas situações; -



Recordou de seguida a questão levantada na última sessão da Assembleia pela Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, sobre a questão ambiental da vala das Cochadas. Recordou que todos sabem as diversas démarches que têm sido feitas, inclusivamente a presença do Senhor Secretário de Estado na própria Assembleia Municipal. Mas, nessa última Assembleia, em resposta à questão colocada à Sr.ª Presidente da Câmara, respondeu que estava à espera da escolha de uma das três soluções apresentadas, mas, entretanto o Secretário de Estado foi substituído. Por esse facto considera importante dar conhecimento do ponto de situação desta problemática que envolve várias freguesias e toda a região poente do concelho; - Falou de seguida sobre o Plano de Ordenamento da Orla Costeira relativamente às alterações, por adaptação, porque, no último fim-de-semana foi abordado na Praia da Tocha por duas municipais que têm uma propriedade para venda no local abrangido por aquelas medidas condicionadoras e não lhes soube, obviamente, responder sobre qual o ponto da situação. Afirmou ter conhecimento que houve uma reunião na APA com a Câmara de Cantanhede, a Câmara de Mira e a própria CCDRC, com a presença da nossa Presidente da Câmara, na qual julga ter sido levantada a possibilidade de se fazer um plano mais flexível, desde que houvesse para isso, justificação. Pensa ainda que houve, de seguida, um contacto entre as duas Câmaras e a Universidade de Aveiro que foi chamada a apresentar uma proposta. Questionou finalmente sobre o ponto de situação e se o assunto está ou não encaminhado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Carlos Negrão, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns ao Executivo Camarário pela justa e merecida homenagem ao indomável antifascista de Cantanhede, José Laurindo Correia Pires, nas comemorações do passado 25 de

Abril. Recordou que, em tempos muito difíceis, teve as portas da sua casa sempre abertas, para encontros clandestinos destinados a combater o anterior regime, entre os quais a reunião do MDP/CDE de Coimbra, em 10 de novembro de 1969 e o seu último plenário na sequência do congresso da oposição democrática realizada em Aveiro, de 4 a 8 de abril de 1973. Questionou, de seguida para quando, na toponímia da nossa cidade, o nome do primeiro Presidente da Câmara de Cantanhede, após o 25 de Abril de 1974, Dr. Emílio de Matos, figura incontornável. Finalmente, propôs uma proposta de um voto de louvor ao cantanhedense, Nuno Dias, treinador de futsal do Sporting Clube de Portugal pelo recente feito, no Cazaquistão, com a conquista da Taça UEFA de futsal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que, também tem uma proposta de voto de louvor a Nuno Sérgio Dias, da bancada do Partido Socialista pelo que, em momento oportuno terá que ser a sua admissibilidade colocada à votação.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Artur Carvalhinho, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou ser conhecido que a Comissão Política Concelhia do Partido Socialista tem tido, de algum tempo a esta parte, a preocupação de ouvir os munícipes sobre temas a apresentar nesta Assembleia Municipal, nomeadamente, através das redes sociais dada a dificuldade em obter divulgação deste aspeto, entre outros, na comunicação social, dita tradicional. Acrescentou que, no seguimento dessa situação, à qual pretendem dar continuidade, têm sido inúmeros os pedidos chegados aos membros eleitos desta Assembleia sobre as condições existentes para a circulação rodoviária na cidade e no concelho. Afirmou que a lista de situações passíveis de ser apresentada é extensa e salientou alguns exemplos: - As condições das estradas na zona de urbanização Charles Cid, Bairro Vicentino e zona junto à EB - 1 Cantanhede Sul, conforme já foi referido na Assembleia, pela ausência de passeios

em várias estradas daquela zona, dificultando o acesso pedonal às crianças da escola primária, por exemplo, na estrada que passa ao lado do Skate - Parque até à estrada para Outil. Acrescentou que, naquela zona existem também diversas estradas em condições bastante deficitárias, com um piso muito irregular e vários buracos no alcatrão. Relativamente à sinalização vertical e horizontal, existem diversos e variados problemas, tais como passadeiras pouco visíveis e sinais ocultos entre vegetação, entre outros. Questionou sobre a regularização daquelas situações e embora tenha consciência que, na altura da EXPOFACIC, esses problemas desaparecem no centro da cidade, para dar uma boa imagem, recordou que a segurança dos munícipes é necessária em todos os períodos do ano; - De seguida referiu-se à estrada Febres/Pontão, porque muitos moradores na freguesia de Febres, optam pela alternativa Febres/Barracão, com prejuízo em tempo e quilómetros percorridos por forma a evitar aquela estrada que se encontra em mau estado há muitos anos; - Recordando que a semana a decorrer é dedicada à inclusão, iniciativa de louvar a Câmara Municipal, questionou se não se deveria chamar a atenção a várias instituições e comércio que não têm o acesso a deficientes, como por exemplos, alguns Bancos, o Tribunal, a entrada para a Boa Nova, entre outros; - Referiu que, quer a Câmara Municipal concorde ou não com a delegação de competências, certo é que as estradas nacionais vão passar a ser competência dos municípios, o que naturalmente será mais uma responsabilidade acrescida. Concluiu que, perante estas preocupações que têm sido apresentadas pelos munícipes, os Membros eleitos pelo Partido Socialista gostariam de saber se existe um plano objetivo e operacional de manutenção e reparação das condições rodoviárias, estradas, passeios, sinalização no concelho, que permita assegurar a efetiva segurança de pessoas e bens ou se vão

continuar a ser realizados trabalhos pontuais de remediação, que colocam muitas vezes em risco a segurança de todos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, após cumprimentar todos os presentes na sessão comentou e respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Saudou a iniciativa do Sr. Primeiro Secretário, também Presidente da Direção da Associação Progresso e Vida da Tocha, José Maria Maia Gomes, pela apresentação do projeto, PLOGGING na Praia da Tocha. Recordou que, foi realmente um dia mau em termos meteorológicos, mas foi uma ação muito interessante, não só pelo que foi feito, como também pela parte pedagógica, devido ao envolvimento de muitas crianças, tanto das escolas como dos escuteiros, para além de muitas outras pessoas que se envolveram na iniciativa. Assim, louvou esta primeira iniciativa que, decerto será a primeira de muitas outras; - Relativamente à questão da situação das Cochadas, recordou que o Senhor Secretário de Estado do Ambiente pediu a demissão, realçando todo o empenho que teve naquele processo e o conhecimento profundo que demonstrava na área ambiental, dando ao Município algum conforto ao pensar que realmente a solução iria ser encontrada. O mesmo já tinha transmitido que realmente a decisão estava tomada e que estavam para ser contactados os Presidentes de Câmara de Cantanhede e de Mira. Informou ainda que, neste meio tempo decorreu a Assembleia Geral das Águas do Centro Litoral, onde teve a oportunidade de questionar o Sr. Eng.º Nelson Geada, Presidente do Conselho de Administração, porque nas contas daquela entidade surgiam lá duas rubricas relacionadas com a construção de uma ETAR em Cantanhede e do redimensionamento dos emissários no município de Cantanhede com verbas já estabelecidas. Foi-lhe transmitido que a decisão realmente estava tomada e que o senhor Secretário de Estado pretendia falar connosco, mas,

entretanto, ele demitiu-se. Informou também que foi enviado um pedido de reunião ao atual Secretário de Estado, embora tanto ela própria como o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira já tenham falado com ele verbalmente. Acrescentou que o Sr. Secretário de Estado pediu algum tempo para a fase adaptação, estando assim a Câmara a aguardar que seja transmitida a data da reunião. Considera ser mais do que urgente que se possa avançar com o projeto e com a solução, porque do que transpareceu daquela reunião das Águas do Centro Litoral, a decisão técnica encontrada é a construção de uma ETAR clássica no Concelho de Cantanhede, bem como o redimensionamento dos emissários no Concelho. Relativamente ao Município de Mira não sabe porque só constava uma verba relativa a 2021, o que supõe destinarse para a parte de saneamento que ainda não estará feita. Segundo disse o Eng.º Nelson Geada, Cantanhede irá ficar satisfeita com a solução encontrada, que possivelmente ainda terá início no presente ano. Informou de seguida que, na próxima reunião com o atual Secretário de Estado, que como todos sabem, é o anterior Presidente da Câmara da Figueira, mal tenha essa informação, pela importância que tem o assunto, a transmitirá ao executivo, esperando poder dá-la antes da próxima Assembleia Municipal, no mínimo transmiti-la aos senhores líderes das bancadas para saberem o que a tutela entendeu fazer a um assunto tão preocupante e tão importante como é esta questão das Cochadas; - Relativamente à questão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, informou ter havido, como já foi referido, uma reunião na APA em Lisboa já há largos meses e, como todos sabem, a adaptação do PDM com aquelas medidas foram uma imposição da tutela. Acrescentou que considera aquelas imposições excessivas no que estão a condicionar, concretamente, na Praia da Tocha. Afirmou admitir que, pode haver municípios que entendam que aquelas imposições são benéficas, por causa dos perigos, relativamente à questão da subida

do mar, mas parece que há ali algum exagero nas imposições que foram feitas, nomeadamente, a Cantanhede e a Mira, sobretudo nas zonas da 1ª linha e na outra a seguir. Acrescentou que, por isso, foi solicitado um trabalho técnico à Universidade de Aveiro, sobre o qual solicitou que fosse o Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º António Abreu que explicasse como está a decorrer esse mesmo trabalho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º António Abreu, o qual informou não ter grandes informações sobre aquela matéria, porque na sequência da reunião com a Senhora Presidente da CCDR, entretanto, foram feitas diligências junto da Câmara Municipal da Figueira e da Câmara Municipal de Mira, mas como no caso da Figueira os problemas eram diferentes dos que afetam Cantanhede e Mira, deixou de participar nesses trabalhos. Informou ainda que, o que foi definido, entretanto, foi introduzir na equipa um técnico da Universidade de Aveiro, ligado ao programa da Orla Costeira, para juntamente com os técnicos da Câmara Municipal de Cantanhede e da Câmara Municipal de Mira, tentar encontrar soluções, em termos regulamentares para serem introduzidos no plano, por forma a ultrapassar as situações de conflito com o Plano de Urbanização da Praia da Tocha, nomeadamente, as normas 29 e 30 do POC, que introduzem de facto, condicionantes muito fortes na construção, sobretudo às novas construções na Praia da Tocha. Referiu que gostava de ver aqueles problemas resolvidos, sendo certo que, comunga em algumas situações, em termos técnicos, com as preocupações manifestadas, no programa do POC. Afirmou, no entanto, que também considera que há exageros, os quais devem ser resolvidos duma forma sensata, sendo o que se está a tentar fazer. Finalizou a sua intervenção confirmando que o procedimento está a decorrer e que acredita que, brevemente, haverá notícias

já com uma proposta formal da alteração do plano que dê satisfações às preocupações existentes.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, acrescentando ser uma mais-valia a presença daquele técnico da Universidade de Aveiro, que conhece bem o processo e que esteve na elaboração do processo da APA. Informou ainda que, aquele técnico estará dois dias por semana em cada uma das Câmaras Municipais, para de forma conjunta redigirem o regime de salvaguarda, para que a proposta possa ser aprovada pela APA.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, continuando a responder às questões colocadas, nomeadamente: - Relativamente à questão da homenagem, através da toponímia, de Emílio de Matos, o primeiro Presidente após o 25 de Abril, informou que essa sugestão deve ser apresentada à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, uma vez que a toponímia é proposta pelas próprias Juntas de Freguesia. Acredita, no entanto, que, talvez não haja ruas suficientes para colocar os nomes que se gostariam de colocar, mas sabe que a Junta tem uma comissão que trata desses assuntos e que, decerto que a Sr.ª Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, presente na sessão, irá ficar com essa nota; - Relativamente à questão das acessibilidades nos passeios e nos arruamentos, recordou que estão a decorrer as jornadas da inclusão inseridas nas comemorações do 25 de Abril e que, ainda hoje, durante a manhã perante alguns elementos do Executivo, técnicos do município, algumas pessoas e alguns funcionários com limitações na locomoção, decorreu uma sessão onde se debateram as dificuldades de locomoção e as barreiras arquitetónicas. Realçaram-se muitas limitações, como por exemplo, a largura dos passeios não serem suficientes para cadeiras de rodas, carrinhos de bebé ou andarilhos, a dificuldade de aceder a bancos

ou a uma simples caixa multibanco, entrar numa casa de banho sem as condições necessárias para quem vai numa cadeira de rodas, entre outras e tantas coisas que foram analisadas. Naquela sessão de trabalho, extremamente produtiva, com um professor especialista naquela temática e que está também a fazer uma análise da cidade, no que toca às questões ligadas ao trânsito. Chamou, no entanto, a atenção para o facto de, apesar de se fazerem obras viradas para os peões, as pessoas continuam a querer o estacionamento na rua, dando como exemplo um munícipe que usa cadeira de rodas e muletas, que fez um teste na remodelada Rua D. Afonso Henriques, tendo gostado do espaço, mas a dada altura deu-se com um condutor que tinha conseguido meter um carro entre os pilaretes e estacionar no passeio, e por isso teve que ir para a estrada. Segundo as pessoas, os estacionamentos são necessários, mas, o que se pretende para a cidade, sobretudo para os núcleos mais antigos, é o fomento do uso da bicicleta, e todos devem alterar a atitude que têm perante o carro, o que é difícil, por ser um instrumento de trabalho. Acrescentou que tudo tem de ser pensado de uma forma muito ponderada e muito séria, do ponto de vista urbanístico e é o que está a ser feito. Acrescentou ser evidente que há muitos passeios por fazer pois há 400 quilómetros quadrados de área no concelho, mas é evidente que os Presidentes das Juntas de Freguesia têm as suas próprias opções. Assim uns entendem que, como já têm equipamentos principais, optam pelos passeios e outros ainda optam por outras prioridades, tendo assim liberdade na gestão do seu espaço. Referiu ainda que na cidade, há ainda muita coisa a fazer, sobretudo ao nível das zonas industriais, esquecendo a ideia de que o passeio tem de ser em calçadinha ou em pavê, e passarem a ser lisos e circuláveis para permitirem uma fácil deslocação a quem tem uma cadeira de rodas, um andariço ou até mesmo para quem usa saltos. Informou ainda que, o Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º



António Abreu, tem já projetos em análise em Cantanhede, ao nível de passeios e também em termos de tapete. Relativamente ao tapete informou que não avançou porque a questão financeira é extremamente importante, sobretudo numa altura em que se deve ponderar muito bem os recursos financeiros do município, não só porque se pretende fazer, como pelas candidaturas que se pretendem efetuar, que não são comparticipadas a 100%, mas sobretudo pelo desconhecimento do que poderá acontecer com a descentralização. Acrescentou que aquelas intervenções são intervenções extremamente onerosas. Informou também que o Bairro Vicentino é uma candidatura que engloba duas áreas, a parte das habitações sociais a parte envolvente. Referiu ainda que, há sempre que ponderar o que se pretende fazer e como o fazer, uma vez que, antes de fazer uma intervenção de tapete, há que conhecer os planos das intervenções da própria Empresa Municipal que por vezes impedem os trabalhos pretendidos, como foi o caso em algumas freguesias, como por exemplo em Corticeiro de Cima, Vilamar, em Febres e ainda na zona industrial que tem uma estrada que está a necessitar urgentemente de ser intervencionada mas, no momento, está a decorrer a construção da ciclovia, sendo colocado o tapete apenas quando ela estiver terminada. Existem ainda outras vias no meio da cidade nas quais a INOVA vai fazer alteração das condutas da água pelo que a aplicação de tapete terá que aguardar pelo fim desses trabalhos. Informou ainda que, existe um plano em termos de obras, definido com as 14 Juntas de Freguesias, bem como um plano de intervenção ao nível dos tapetes, sendo que alguns trabalhos são feitos por administração direta e outros por empreitada. Relativamente às empreitadas informou que algumas já estão a ser pensadas, como por exemplo a ligação da Sanguinheira até ao centro da Tocha, no entanto a INOVA vai fazer alteração das condutas desde a subida do viaduto da Sanguinheira até aos correios do centro da Tocha, pelo que

aquela intervenção terá de ser feita por fases. Relativamente às outras freguesias e ao que é feito por administração direta, há um contacto prévio entre os serviços da Câmara e os Presidentes das Juntas de Freguesia, no sentido de os sensibilizar para intervirem em primeiro lugar nos arruamentos onde há habitações em que o piso ainda está, por exemplo, ou em semipenetração ou em tout-venant, dando assim às pessoas a possibilidade e o direito de ter tapete à porta de casa. Assim, voltou a afirmar que, apesar de existirem planos de ação e orçamentos, muitas vezes há constrangimentos que obrigam a alterações orçamentais para se poder adaptar o que estava previsto a outras realidades que vão surgindo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Dr. João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Aidil Machado, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou a visita, no dia 15 de abril, do Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa, Dr. Luiz Goes Pinheiro, à Loja do Cidadão de Cantanhede. Referiu que a mesma serviu para assinalar o 9.º aniversário da primeira Loja do Cidadão de segunda geração do distrito de Coimbra, aberta ao público em 29 de março de 2010, no âmbito da parceria celebrada com a Câmara Municipal. Recordou que a mesma funciona desde então no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários, onde foram feitas as obras de recuperação e adaptação realizadas para esse efeito pela Câmara Municipal e que assenta na concentração no mesmo espaço de vários serviços públicos da Administração Central e do município, entre os quais, o do Instituto de Registos e Notariado, a Caixa Geral de Aposentações, o Instituto da Segurança Social, o Instituto de mobilidade e Transportes Terrestres, a Câmara Municipal e a INOVA. Recordou que o Sr. Secretário de Estado foi recebido pela Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, tendo ficado agradavelmente surpreendido com a considerável dimensão do espaço

que não conhecia e também como o modo funcional como estavam organizadas as áreas de atendimento. Acrescentou que o Sr. Secretário de Estado, Luiz Goes Pinheiro fez um balanço extremamente positivo da atividade da Loja do Cidadão de Cantanhede, porque ao longo dos últimos quase 10 anos de existência, foram efetuados mais de 90 mil atendimentos por ano, tendo reforçado ser uma boa forma de manter a administração pública próxima dos cidadãos, com serviços de qualidade, numa solução integrada que representa benefícios também para as entidades envolvidas. Também a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, sublinhou as vantagens da Loja do Cidadão de Cantanhede, não apenas para a população do Município, mas também para pessoas de concelhos limítrofes que também vêm tratar de vários assuntos e documentos, tratando-se de um bom exemplo de descentralização, que aliás, foi ampliado com a criação de espaços de cidadão nas freguesias de Ançã, Febres e Tocha. Sublinhou também a Sr.ª Presidente da Câmara, o facto de o processo não ter contemplado as devidas contrapartidas financeiras por parte da Administração Central, o que tem obrigado o Município e as próprias Juntas de Freguesia a fazer um esforço para suportar os seus custos de funcionamento, além do que seria expectável. Apesar disso, afirmou ainda ao Senhor Secretário de Estado, que a Câmara de Cantanhede está interessada em abraçar todos os projetos de modernização administrativa que o Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa venha a empreender. Finalmente, relativamente à Loja do Cidadão, sugeriu que os horários de atendimento fossem repensados, porque continua a considerá-los curtos, não indo ao encontro das necessidades da população. De seguida, respondendo ao Membro Carlos Negrão, informou que a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pociça tem uma comissão toponímica que trabalha no levantamento de nomes futuros para as vias da freguesia.

Acrescentou que, o nome do Dr. Emílio Matos ainda não foi sugerido, mas está disponível para receber toda a informação necessária para que fique registado. Referiu ainda que, como disse a Sr.^a Presidente da Câmara, existem poucas vias que ainda não têm nome, no entanto, foram recentemente sugeridas ao Executivo, 3 nomes para 3 vias.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra à Sr.^a Sofia Pedro, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que conforme foi referido na última sessão, o Largo de S. João, é uma das entradas na cidade de Cantanhede, sendo ainda como foi referenciado naquela sessão *"uma das várias salas de visita da cidade de Cantanhede"*. Assim, não entende como é que o parque infantil daquele Largo está com indicação "em manutenção" há já algum tempo. Acrescentou que a preocupação da bancada do P.S. é a segurança e a viabilidade de utilização pelas crianças e jovens que pretendem usufruir daquela área, nomeadamente, do Parque Infantil, do Campo de Jogos e o próprio Largo referenciado como "fonte triangular de grandes dimensões com três repuxos sem água." Assim, em nome da sua bancada, questionou sobre qual o conceito de brevidade do "prometemos ser breves" afixado naquelas instalações.---

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que desde 7 de abril do corrente ano que o Município ficou mais rico com a doação efetuada pelo Dr. Cândido Ferreira, médico, escritor e colecionista, natural de Febres, do seu espólio. Acrescentou que, no dia em que completou 70 anos, quis comemorá-lo de uma forma diferente, fazendo aquela magnífica doação ao seu e ao nosso concelho, demonstrando uma grande generosidade, sendo sem dúvida, um gesto que irá, com certeza, beneficiar as gerações atuais e futuras do concelho. Informou ainda que aquela coleção, em breve, vai poder ser visitada no futuro Museu de Arte e

Colecionismo, que é sem dúvida, mais uma aposta do Executivo em destacar Cantanhede no mapa de Portugal, em fomentar o gosto pela cultura e pelo saber e em não deixar morrer espaços importantes do concelho. Acredita que será sem dúvida uma grande obra que, com certeza, irá trazer muitas alegrias a todos os munícipes, pelo que deu os parabéns ao Executivo pela iniciativa.-----

----- Inteveio de seguida a Sr.ª Presidente da Câmara, a qual se congratulou pelo facto do Sr. Secretário de Estado da Modernização Administrativa ter vindo a Cantanhede e ter visto o trabalho desenvolvido na Loja do Cidadão. Afirmou nunca ser demais referir a questão da descentralização, mas, por muito que politicamente uns achem que sim e outros achem que não, as casas não se governam se não tiverem recursos financeiros. Acrescentou que, tanto para a Loja do Cidadão, como para os Julgados de Paz, não há qualquer verba a transferida para os municípios, quer de apoio à manutenção, quer para a continuação ou para a criação de novos postos. Acrescentou ainda que, só para aquelas duas áreas, a autarquia gasta mais de 250.000,00 € por ano. Recordou, de seguida que acabou de sair o Decreto-Lei respeitantes às transferências de competências para as Freguesias, e embora algumas já existam, outras vão ser reforçadas, desde a gestão e manutenção de espaços verdes, à limpeza das vias, espaços públicos, sarjetas, a utilização e ocupação da via pública, o licenciamento e afixação de publicidade de natureza comercial, autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão, autorização de realização de espetáculos desportivos, de acampamentos ocasionais, de realização de fogueiras e lançamentos de artigos pirotécnicos. Acrescentou de seguida que depois, existe um artigo que refere o seguinte: "*os recursos financeiros afetos às transferências das novas competências para as freguesias provêm do orçamento municipal*". De seguida, referiu que, neste momento, o Município já faz

transferências de competências para as freguesias, mas acompanhadas do respetivo pacote financeiro, sendo certo que nenhuma Junta de Freguesia conseguirá levar a cabo as transferências de competências previstas naquele diploma, com o que recebe das transferências dos fundos do Estado. Recordou que aqueles diplomas apontam para que as receitas devem provir de coimas de contraordenações, o que não pode ser. Considerou que o assunto é extremamente sério e difícil e vai pôr em causa a vida das autarquias, não sendo desta forma que o poder local se vai fortalecer, nem que se vai fazer a descentralização. Acrescentou que estas delegações de competências foram feitas sem ter em consideração os autarcas e, dirigindo-se à bancada do Partido Socialista, informou saber o peso político que aquelas questões têm, e que embora tenha sido eleita pelo Partido Social Democrata, recordou que houve muitos assuntos no anterior Governo com os quais não concordava e votava contra, porque, apesar de terem sido eleitos por uma bandeira, foram eleitos, essencialmente, pelos Municípios de Cantanhede. Informou ainda ter recebido do Sr. Presidente do ACES, via mail, um pedido de ajuda para limpar e ajardinar o espaço envolvente ao Centro de Saúde, porque tem dificuldade em dar resposta àquela necessidade e anda desde 2012 para cancelar os contratos de limpeza, os quais não constam da delegação de competências e do pacote financeiro do Governo. O mesmo acontece com os contratos financeiros e com a limpeza exterior, cujos encargos são quatro vezes mais do que o que está previsto naquela transferência de competências, o que não pode ser. Acrescentou que, tratando-se de uma área de saúde, os espaços públicos devem apresentar boas condições. Afirmou novamente que se quer aceitar as transferências, mas com um pacote financeiro que saia do Orçamento de Estado para os Municípios, porque, por exemplo, no que respeita à parte da educação, cujo processo tem sido discutido diretamente com os agrupamentos, toda a parte da

intervenção das obras nas escolas, nas C+S e na Secundária, conforme foi falado numa reunião com a Secretária de Estado da Educação, até concorda com os valores apresentados, mas é uma questão de se candidatar aquelas obras a fundos comunitários, pois o Orçamento de Estado não vai atribuir qualquer valor. Acrescentou que, nesse caso, as competências diretas do Município irão ficar para segundo plano e na verdade o Estado vai deixar de ter aqueles gastos pelo que, naturalmente, essas verbas deveriam transitar para as Juntas de Freguesia e para as Câmaras Municipais. Relativamente à questão colocada sobre a necessidade de uma intervenção no Largo de S. João, concordou com o facto do parque infantil necessitar de ser arranjado, mas de um arranjo profundo, tal como todas as outras intervenções. Informou de seguida que o Município tem no momento 30 empreitadas na rua e não tem pessoal técnico suficiente, quer para as acompanhar, quer para fazer os projetos necessários. Para além disso, ainda há a parte da fiscalização daquelas empreitadas e do lançamento dos concursos, que só do ponto de vista burocrático é bastante demorado. Concordou assim com a intervenção feita pois é algo que preocupa o Executivo, porque envolve crianças e é uma zona habitacional bastante concorrida e, dirigindo-se ao Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, solicitou que acelerasse o processo para requalificar aquele Largo, não só na parte do parque infantil, mas também das outras intervenções que foram referidas.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, informou que também a sua bancada, na sequência da doação que o Dr. Cândido Ferreira fez do espólio cultural à Câmara Municipal de Cantanhede, dá os parabéns à Câmara Municipal por ter acolhido aquela iniciativa e por todo o trabalho que vai desenvolver a seguir. Propôs, de seguida a atribuição de um voto de louvor ao Dr. Cândido Ferreira, pelo seu ato de cidadania e de generosidade ao oferecer o seu espólio cultural à Câmara

Municipal de Cantanhede, sendo um bem que fica para o Concelho e para a sua população.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Secretária da Junta de Freguesia de Ançã, Gisela Maria Vaz Parreiral a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, a pedido do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã que se encontrava ausente, fez a seguinte intervenção: "O bolo de Ançã, património cultural da vila milenar de Ançã e do próprio concelho, faz parte da matriz identitária desta freguesia e um património da mesma. É um bolo com elevado reconhecimento regional e que se pretende que vá mais além promovendo o bolo, a vila e o próprio concelho. O bolo de Ançã nesta senda de promoção que tem sido feita, candidatou-se recentemente às 7 maravilhas Doces de Portugal e passou já à 2.^a fase deste concurso. Depois de ter passado à fase de nomeação, superou agora a 1.^a fase de candidatura e das 907 candidaturas às 7 maravilhas Doces de Portugal, foi apurada, fazendo parte do lote dos 420 candidatos que passaram à fase seguinte. O painel de especialistas votou e ficaram identificados os 420 doces que avançam, mais uma fase, na eleição das 7 maravilhas Doces de Portugal. Agora, na próxima fase de votação pelo painel de especialistas, esta lista será reduzida à lista final de 140 doces, que avançam para votação do público nas eliminatórias distritais e que serão revelados a 7 de maio no programa de televisão a emitir em direto pela RTP-1. É sem dúvida uma grande vitória para o nosso bolo de Ançã, freguesia e concelho, pois este é o único doce candidato nesta fase do concelho de Cantanhede. Temos consciência da nossa dimensão e do peso dos restantes concorrentes, muitos deles com dimensão nacional e internacional, mas a vitória está já garantida, sempre esteve, independentemente do resultado de cada uma das votações, esta é uma oportunidade de projeção e divulgação deste nosso bolo, da nossa vila e do concelho, uma

oportunidade de acompanhar e de estar entre os melhores doces de Portugal. Para além deste orgulho e porque sabemos da importância do peso institucional nestes concursos e da sua divulgação junto das entidades parceiras na vida institucional, neste que é um doce de território de excelência, pedimos à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e todas as bancadas políticas aqui representadas, o empenho nesta candidatura e na sua promoção. Para além desta promoção do bolo de Ançã, importa também a tarefa fundamental de valorização, defesa e salvaguarda deste património. Para cumprir este móbil está em andamento pela Junta de Freguesia, um conjunto de ações das quais se destaca a inscrição do bolo de Ançã a património cultural e imaterial nacional, registo da marca bolo de Ançã com vertente fiscalização e proteção de nome e criação de associação de Boleiras. Para isso, é necessário que os agentes políticos apoiem estas iniciativas e valorizem este património, reconhecido hoje como potenciador do próprio turismo. O distrito de Coimbra recebeu recentemente o título de região europeia da gastronomia 2021, distinção que pode ser uma bandeira para nos afirmar pela gastronomia, num território em que temos um outro vastíssimo património e nos afirmamos noutras áreas. Esta é uma forma de dar visibilidade a uma região e que Ançã e Cantanhede se afirmem como uma região a visitar. Pede-se assim ao Executivo, a pressão junto dos órgãos oficiais a que pertencem, nomeadamente à CIM e aos partidos políticos aqui representados, junto dos seus órgãos superiores para que intercedam na criação imediata de mecanismos de apoio, aliás, contemplados no próprio programa da região europeia da gastronomia para que, através de candidaturas se vá promovendo este trabalho de valorização dos territórios e deste património, muitas vezes esquecido mas tão importante no tecido económico e social dos concelhos. Para além desta questão do bolo de Ançã, em nome da Junta de freguesia, pretendo também felicitar o Município pela inauguração

da rota do calcário, rota esta que coloca a centralidade da pedra no contexto nacional, incluindo a pedra de Ançã, que tanto prestígio dá à freguesia de Ançã e ao seu concelho."-----

----- Inteveio de seguida a Sr.^a Conceição Sá, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, enalteceu a Câmara Municipal de Cantanhede, na pessoa da Sr.^a Presidente, Helena Teodósio, pela importante relevância que deu a um tema como a inclusão social nas comemorações do 25 de abril, sendo um tema à semelhança de tantos outros, que muitas vezes são preteridos em situações que se pretendem ser festivas ou comemorativas, como foram aquelas comemorações. Acrescentou que dar voz às pessoas e às comunidades é necessário para que sejam criadas condições para uma participação ativa e serem cidadãos de corpo inteiro, permitindo o seu direito à realização dos seus projetos de vida e das suas famílias, obviamente, com muito maior retorno para o Estado. Acrescentou que há ainda muitas barreiras a derrubar para aqueles que enfrentam limitações não vejam diminuídas os seus direitos de cidadania. Afirmou que, se vive num mundo fortemente marcado pela pluralidade, diversidade e pelo forte apelo ao respeito pela diferença, mas no que toca a limitações, ainda é real a necessidade de uma consciencialização dessa verdade. Considerou ainda que, no mundo civilizado em que vivemos, parece até irracional e talvez vergonhoso, ser necessário criar condições para que as pessoas com limitações, possam pensar em projetos de vida com autonomia face à família e que lhes permitam não só terem a possibilidade de ter um papel ativo numa sociedade como também libertar as próprias famílias. Acredita que a este nível ainda há muito para fazer e que a garantia da realização de cada pessoa e em particular dos mais vulneráveis, em função do seu potencial, é da responsabilidade de todos e em particular dos representantes do povo. Acrescentou que as jornadas de inclusão nas

comemorações do 45.º aniversário do 25 de Abril, com um programa bastante variado em articulação com várias instituições, espelhou bem o sentido colaborativo do Executivo, pois desta forma sensibilizou os cidadãos para a necessidade de se reforçarem dos fatores inclusivos e acentuar a eliminação de obstáculos para as pessoas que sofrem de algum tipo de limitação. Recordou ainda que o programa das jornadas contemplou diversos temas com oradores de renome nas várias áreas, mas destacou a sensibilidade expressa da escolha dos participantes na área da música, como seja a participação da Orquestra da APPC., grupo constituído pelos utentes da APPACDM, ligados às máquinas, mas não presos, pois a música liberta-os e têm o talento de mostrar que o impossível não existe. Para terminar, sugeriu que, à semelhança do Prémio Prof. Dr. Lima de Faria para o estudante que conclui o Ensino Secundário com a classificação mais alta, que no futuro também fosse contemplado um prémio ao melhor estudante do concelho com incapacidade, contribuindo-se assim para uma sociedade mais justa e mais inclusiva.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, a propósito da sessão solene do 45.º aniversário do 25 de Abril, destacou o confronto de ideias, mas tolerante, com que os diferentes líderes das forças políticas apresentaram a sua visão que têm sobre o Portugal de hoje, os problemas que o país atravessa e as respostas que consideram necessárias para os desafios mais urgentes. Acrescentou ter sido uma oportunidade para se respeitarem uns aos outros, abraçar a diversidade, falar sobre respostas inequívocas que se devem dar aos jovens, sobre as desigualdades sociais e territoriais que persistem desde 1974, sobre as dificuldades do Serviço Nacional de Saúde, sobre o projeto europeu, sobre o emprego e sobre outras incertezas do nosso tempo. Felicitou também a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena

Teodósio, pelo seu discurso e pelo seu empenho em levar mais longe o facto do poder local ser uma grande conquista de abril e pretender que o município assuma as novas competências para benefício das populações, desde que sejam acautelados os indispensáveis recursos financeiros. De seguida chamou a atenção para o facto de, a partir de 2 de maio o concelho de Cantanhede, passar a ter pela primeira vez uma equipa de intervenção permanente, a chamada EIP, composta por cinco bombeiros que estarão 8 horas por dia no quartel dos Bombeiros Voluntários para poderem socorrer mais rapidamente a nossa população em situações de urgência e de emergência. Recordou que, desde 2016, Cantanhede tem vindo a pedir aquela equipa que apenas foi concedida finalmente por pressão do município. Acrescentou que conforme previsto, o custo daquela equipa vai ser participado em partes iguais entre a ANPC e o Município. Evidenciou ainda a maneira inequívoca e o empenho do Município em proporcionar uma proteção mais rápida e cada vez mais eficiente à população do concelho, que pode contar com aquela equipa de 5 bombeiros para acorrer em qualquer situação de urgência e de emergência nas áreas da saúde, do socorro e do salvamento.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes referiu-se aos seguintes assuntos: - A inauguração da TILRAY, que foi um grande acontecimento para o concelho, conforme noticiado pela comunicação social, nomeadamente, no que toca a investimento, criação de emprego, atração de jovens qualificados, tecnologia, inovação e exportações. Foram termos que dignificam muito o concelho de Cantanhede, por se tratar de um projeto de renome mundial denominado de "Campus da União Europeia". Referiu ainda que foram investidos 20 milhões, de forma direta e indireta, desde as expropriações, ao crescimento industrial,

tornando-se um polo aglutinador, onde já emprega 130 trabalhadores, sendo que, até ao fim do ano 2020, poderão chegar aos 400. Recordou ser um projeto com uma dimensão imensa, tendo algumas pessoas, provavelmente, ficado surpreendidas com os aspetos tecnológicos e industriais, embora comuns muitas vezes à indústria farmacêutica e a algumas indústrias que trabalham com sistemas de qualidade e produção mais apertados. Recordou ainda que estiveram várias entidades presentes, desde o Secretário de Estado da Internacionalização, passando pela CCDR, AICEP e a INFARMED, tendo sido notícia que teve honras de abertura em alguns jornais *online*. Afirmou que o Município necessita de projetos como aquele e citou Branden Kenedy, o CEO da empresa, quando disse "*que nos motivos da atratividade para vir para Portugal e para vir para Cantanhede, além do clima e da mão-de-obra qualificada, esteve a existência do BIOCANT e o papel do Dr. João Moura na sua vinda para cá, com um importante papel facilitador dessa mesma vinda*". De seguida demonstrou o seu desagrado, comungado por outras Juntas de Freguesia, pelo facto da EDP ter anunciado que o prazo de resolução de avarias pontuais na iluminação pública ser de 48 horas para ruas inteiras e de 10 dias para focos pontuais, quando o que acontece, na realidade aqueles prazos estão entre meio ano a oito meses, estando longe de ser cumpridos. Acrescentou que a EDP culpa a tempestade LESLIE, que já ocorreu quase há 1 ano, no entanto, não é só a falta de respostas mas também o facto de se ligar para a linha SOS, que regista sempre uma nova ocorrência para justificar que não têm conhecimento do que se passou anteriormente, têm ainda um formulário *online* no site que respondia automaticamente a dizer que a avaria estava registada e essa resposta automática deixou de ser fornecida, passando-se meses, às vezes anos, até os focos serem repostos. Acrescentou que, como muitas Juntas de Freguesia têm um serviço de proximidade ao cidadão e numa perspetiva facilitadora da resolução dos problemas

sinalizam elas próprias as avarias, é muito constrangedor, porque os munícipes julgam que são os Presidentes de Junta que não estão a cumprir o seu papel. Assim, voltou a demonstrar o seu desagrado perante a situação e solicitou à Sr.^a Presidente da Câmara para transmitir ao Sr. Eng.^o Cutelo que, apesar dos seus esforços quando lhe são transmitidas algumas situações, não está a funcionar. Por último, referiu-se a um problema que já foi falado na Assembleia, respeitante a cães que atacam pessoas, que destroem galinheiros e que apesar de serem identificados, a GNR nada pode fazer, nem podem ficar nos canis de Cantanhede, Mira, Figueira e até de Coimbra. Perante este cenário, questionou sobre o que lhes fariam se fossem os proprietários que ficam sem o gado ou com metade da casa destruída, e se acham que é assim que se protege os animais e se lhes dão direitos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu também a palavra à Sr.^a Maria Manuel Fael, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se aos três projetos que tem envolvido os vários agrupamentos de escolas do concelho de Cantanhede e que, de forma consolidada estão a contribuir para a promoção de novas competências nas crianças e jovens do concelho. Informou que aqueles projetos implementados no contexto do novo enquadramento legal, privilegiam a autonomia e a flexibilidade curricular e apresentam como grande referente nacional, o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória. Identificou, em primeiro lugar o projeto Rómulo - Escola Ciência Viva da Universidade de Coimbra, que visando apoiar os estabelecimentos de educação formal, na promoção do ensino experimental das Ciências e no desenvolvimento da Cultura científica e tecnológica junto das crianças do 1º ciclo, abriu as suas portas a todos os alunos do 4º ano que frequentam as escolas dos três agrupamentos do concelho de Cantanhede, proporcionando a esses alunos uma semana de contacto com o moderno centro de recursos para o ensino e aprendizagem

das Ciências, localizado no Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Acrescentou que este programa, pretende valorizar junto dos alunos as competências da autonomia, poder de argumentação, espírito crítico e entreajuda, através da aprendizagem do domínio de técnicas básicas de manuseamento de material de laboratório, de desenvolvimento de processos de recolha, registo e sistematização de dados, interpretação desses dados de forma a chegar a conclusões sobre as experiências realizadas. Informou ainda que os alunos estão a aderir com entusiasmo às atividades propostas e está a ser criado em crianças de 9 e 10 anos, o bichinho da Ciência e da Tecnologia. Mencionou de seguida outros dois projetos integrados no plano intermunicipal de prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso educativo que são designados por "Mais sucesso Cantanhede" e "Ser mais Cantanhede - Educação para o Empreendedorismo e Cidadania".

Relativamente ao projeto "Mais Sucesso Cantanhede", informou tratar-se de um projeto para a prevenção do abandono escolar e a promoção do sucesso educativo, assegurado por uma equipa multidisciplinar, que no presente ano letivo, desenvolveu e implementou um programa de métodos de estudo e gestão do tempo, aplicado a turmas de transição de ciclo ou de início de ciclo nos 5.º, 7.º e 10.º anos dos três agrupamentos do concelho. Acrescentou que o principal objetivo é levar os alunos a compreender a importância de saberem gerir o tempo de forma eficaz, bem como a desenvolverem competências de planeamento e organização de um estudo mais autónomo, tendo abrangido 339 alunos e 62 professores. Acrescentou que aquela mesma equipa vai dinamizar ao longo do 3.º período letivo, um programa de estimulação cognitiva dirigido aos 108 alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos, sinalizados pelos agrupamentos das escolas. Finalmente, referiu-se ao projeto de empreendedorismo "Ser mais Cantanhede - Educação para o Empreendedorismo e Cidadania", que

envolve cerca de 40 educadores e professores que estão a desenvolver no terreno com os seus alunos, projetos de desenvolvimento das chamadas "Global Skyles", competências pessoais, sociais e profissionais, tão importantes na construção do futuro dos alunos, cuja única certeza, são as incertezas que os esperam na sua vida profissional, social e pessoal. Informou ainda que são cerca de 700 alunos que, através desses programas do pré-escolar ao secundário, estão a trabalhar competências como o empreendedorismo social jovem, a inovação, a empatia, a assertividade, a criatividade, a cooperação e a liderança. Com tudo isto se pode inferir que o concelho de Cantanhede está a cumprir e a levar muito a sério, as orientações estratégicas inscritas no projeto educativo local, designadamente, na missão ali apresentada de *"formar cidadãos qualificados e competentes de acordo com práticas de elevada qualidade científica, pedagógica e ética, na aquisição de conhecimentos e competências que lhes permitam intervir, local e universalmente, como cidadãos e profissionais empreendedores, responsáveis e capazes de agir em função do bem comum"*.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, em relação à situação já referida do Centro de Saúde de Cantanhede, afirmou que a questão da saúde sempre preocupou a bancada do PS, sendo uma das suas bandeiras. Adiantou de seguida que a Presidente da ACES já foi ouvida no dia anterior na ARS e que foi aprovada a limpeza daqueles espaços. Relativamente à questão dos passeios da Rua D. Afonso Henriques, nomeadamente, quanto à utilização de cadeira de rodas naquele espaço, verifica-se haver ali alguns sítios, entre os pilaretes e a parede do limite dos edifícios, onde não passam, situação que ele próprio já presenciou e na qual a pessoa em causa teve que passar pela estrada. Relativamente às preocupações da Sr.^a Presidente da

Câmara em relação à transferência de competências, para além do facto de ter havido um período para aferir todas as dificuldades que poderiam advir daquelas transferências e se poderia haver um pacote financeiro para poder acomodar aquelas situações, recordou ter questionado na última Assembleia Extraordinária, se essas preocupações foram apresentadas na CIM e na Associação Nacional de Municípios e quais foram as questões que foram também levadas noutra esfera em relação à tutela. Finalmente, uma vez que se falou na Biocant, recordou que há cerca de um ano fez algumas questões sobre a relação Biocant/Cantadviser, nomeadamente, sobre algumas preocupações que teve na altura, às quais não houve resposta porque alguns procedimentos ainda estavam a ser tratados, não se tendo mais falado sobre o assunto. Finalmente, alertou para o facto de, no limite do norte do concelho, ter havido muitos furtos de cabos de cobre, o que limita o uso dos telefones pelas populações bastante envelhecidas e que se servem do telemóvel de uma forma muito limitada, causando muitos problemas e muitas inquietações, não só a essas pessoas, como também aos seus familiares.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu ser um motivo de orgulho para ele que, no momento, se esteja a falar de um conterrâneo de Febres, Cândido Ferreira, que com a sua generosidade, doou ao Município de Cantanhede, um espólio de arte e colecionismo de cerca de 900 mil peças, organizadas por sete áreas e que vai ser utilizado no futuro Museu de Arte e do Colecionismo, o qual irá abrir imensas portas culturais à cidade e ao concelho. Deu de seguida os parabéns ao seu conterrâneo Cândido Ferreira pela sua generosidade, e agradeceu à Câmara Municipal por ter escolhido a casa do Capitão-Mor, atual Casa da Cultura, para o local onde vai ser criado o futuro MAC -

Museu de Arte e Coleccionismo. Referiu ainda que um outro conterrâneo de Febres, João Diogo Ramos, expôs no sábado passado, no Museu da Pedra, uma exposição da "ZX SPECTRUM - a Geração", referente a equipamentos informáticos dos anos 80, que também ele, teve a particularidade de os poder utilizar na sua iniciação à informática, com os primeiros jogos e as primeiras linhas de comando. Recordou que foram aqueles computadores que levaram a que muita gente enveredasse pela área da engenharia informática. Informou ainda que aquela exposição retrata a vivência, sobretudo, dos anos 80 e as primeiras experiências no ramo da informática, sendo uma exposição interessante, não só pela sua dimensão pedagógica, mas também pela sua dimensão educativa. Finalizou a sua intervenção informando que no passado sábado pode constar que estava lá muita gente, não só de Cantanhede, mas também de fora do concelho e de todo o país a visitar aquela exposição. Agradeceu assim também a João Diogo Ramos pela exposição em causa e concluiu que Cantanhede, está a afirmar-se no ramo do colecionismo e da arte.-----

----- Interveio, de seguida, a Sr.^a Presidente da Câmara afirmando que, estas últimas intervenções fazem a conjugação, do seu ponto de vista pessoal, do que deve ser realmente o Município, uma vez que se falaram das vias, de investimento e de áreas mais imateriais, nomeadamente, do Dr. Cândido Ferreira já referido por várias vezes e ao qual foi proposto um Voto de Louvor. Falou-se também do desporto, das pessoas do próprio município, do bolo de Ançã, da questão da inclusão social e ainda da Equipa de Intervenção Permanente, necessária há já bastante tempo e para a qual o município se compromete a pagar metade dos salários. De seguida respondeu às questões colocadas da seguinte forma: -Relativamente ao desagrado relacionado com a EDP, informou que, dos vários contactos que o Sr. Eng.^o Cutelo fez, de forma reiterada, as respostas têm sido que não conseguem ainda chegar aos prazos que

gostariam porque ainda estão a fazer intervenções relacionadas com a tempestade LESLIE. Acrescentou não se tratar apenas de repor lâmpadas, como acontece, sobretudo na zona de Ourentã e de Murtede insistentemente, mas preocupa-a sobretudo a conclusão da obra no Largo Pedro Teixeira que ainda está por acabar, porque existe um *mail* a indicar que o material chegava no dia 4 de abril e que de seguida iria ser colocado, no entanto, já se chegou ao final do mês e o material ainda não foi colocado. Assim, considerou que talvez haja falta de mão-de-obra e que a empresa não consiga efetivamente chegar a todos quantos necessitam, e informou que continuará a insistir. Afirmou ainda que a mesma situação acontece com outras empresas, pois a intervenção na EN 109, na Tocha, tem sido também um desgaste tremendo, sendo raro o dia em que, quer Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, quer a Chefe da Divisão de Obras Municipais ou mesmo os fiscais, não insistam com a empresa. Acrescentou que houve lá alguns problemas em termos de acordos com os particulares, os quais foram ultrapassados e a empresa ia iniciar a obra a seguir à Páscoa. Garantiu, de seguida, que na próxima sexta-feira recomeçam as obras e que as mesmas estarão finalizadas em junho, como se pretende. As justificações pelos atrasos prendem-se com a falta de pessoal, não conseguindo estar em várias frentes. Afirmou esperar que não seja uma situação que ocorra muitas vezes, porque do ponto de vista orçamental e do cumprimento de prazos que são pretendidos, atrasa tudo; - Respondendo ao Sr. Luís Pato, informou que, não há qualquer reunião na CIM RC em que se fale de descentralização, na qual não intervenha e transmita verbalmente o que pensa, para ver se chega a quem de direito, pelo que nada melhor do que falar do assunto perante o próprio Secretário de Estado e de lhe transmitir todas as suas angústias, perante a previsão do que pode acontecer nos municípios; - Relativamente aos cães, informou que, na última reunião com a CIM,

com o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, a questão foi colocada pelos Presidentes de Câmara, tendo o mesmo respondido que foi uma proposta aprovada por unanimidade na Assembleia da República. Efetivamente foi aprovada, mas por alguém que não lida com as questões no terreno pelo que se trata de uma questão pela qual todos têm que pensar sobre o que se pretende. Referiu que, ainda esta semana, o Sr. Vereador, Adérito Machado, teve uma reunião com duas jovens que estão interessadas em apoiar na parte na adoção, o que é extremamente importante e ainda que vão sair medidas para incentivar a adoção daqueles animais, no sentido das pessoas não terem que pagar taxas, do animal já levar o chip e devidamente vacinado. Acrescentou que, conforme já referiu, há um projeto destinado a duplicar o número de animais no canil, mas que tem plena consciência que após a sua conclusão, na semana seguinte, o mesmo estará cheio, pelo que algo mais tem que ser feito, porque esta solução não será suficiente e os problemas das matilhas e dos ataques a animais vão continuar. Acrescentou que, também do ponto de vista da saúde pública é uma situação delicada, embora com a esterilização poderá haver um abrandamento, com o passar dos anos, essa solução não chegará para obter um final tão feliz quanto o pretendido. Referiu finalmente que, a situação é problemática tanto em Cantanhede como nos restantes concelhos, pois não há um único Presidente de Câmara que não fale sobre o assunto. Acrescentou ainda que há municípios que nem sequer têm canil e veterinário municipal; - Relativamente à intervenção da Prof.^a Maria Manuel Fael, considerou serem assuntos muito importantes e informou que, relativamente ao projeto RÓMULO, verificou-se que os alunos do 4º ano de todas as escolas públicas do concelho, estiveram naquela faculdade, no Departamento de Física, durante uma semana a lidarem com certos projetos, sendo assim sensibilizados para aquela vertente. Acrescentou que houve uma turma que foi a Lisboa, exatamente naquela

mesma vertente, pretendendo-se cada vez mais incentivar ligações à questão da Educação e à questão do insucesso escolar para tentar atenuar cada vez mais todos aqueles problemas; - Relativamente ao Centro de Saúde, informou ter o mail datado de 29 de abril, no qual o Sr. Presidente do ACES transmitiu a sua real preocupação, aguardando que informe se, efetivamente, já não há necessidade de limpar aquele espaço, que não é da responsabilidade do Município. Mas, na verdade, após o cancelamento daqueles contratos, a única limpeza que tem sido feita foi com a colaboração da Câmara, e eventualmente, através dos serviços da empresa municipal. Acrescentou que, numa altura em que a descentralização já deve estar próxima, o Município terá naturalmente que, no futuro, assumir aqueles trabalhos; - Quanto à questão sobre o Biocant e a Cantadviser, informou que o Município continua com a Abap e com o Biocant, enquanto associações, e a empresa privada Biocant, S.A. substituiu a Cantadviser; - Relativamente à questão do furto dos cabos de cobre, afirmou ser verídico e não só na zona norte. Referiu que, para além da zona de Covões, também a zona de Febres tem sido fustigada por aqueles assaltos, nomeadamente, na direção Covões/Balsas, tendo os equipamentos ficado sem ligações às extensões de saúde e às farmácias, entre outros; - Finalmente, recordando que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves falou dos seus conterrâneos, Cândido Ferreira e João Diogo Ramos, informou que a exposição mencionada ainda estava a decorrer, é muito interessante e trouxe, no domingo à tarde, muita gente a Cantanhede; - Finalmente, mencionou o facto do Sr. Professor Rogério Gomes, presente na sessão que decorreu da parte da manhã e que ficou hospedado no hotel de Cantanhede ter mencionado que naquele momento estavam lá hospedadas pessoas de 26 nacionalidades diferentes. Considerou ser um facto curioso, uma vez que Cantanhede não é propriamente a porta da Europa para o

país, não é Porto, nem é Lisboa, tendo questionado sobre o porquê desse facto. Referiu assim que, a atratividade, a questão empresarial, a questão do BIOCANT e tantas outras, são realidades cada vez mais presentes pelo que o Município deve estar atento para poder acompanhar e oferecer o que aquelas pessoas querem e necessitam.-----

----- Interveio o Sr. Luís Pato referindo que a questão da internacionalização no hotel referida, teve a ver com o Campeonato Mundial de Ginástica que decorreu na cidade, sendo apenas um pormenor. De seguida considerou estranho que, relativamente ao Biocant, tenha havido duas Assembleias Municipais para tratar desse assunto, tendo-se feito várias questões na sessão de 26/02/2019, nomeadamente, quem era a Cantadviser, quem é João Almeida Marques e qual era o papel da Câmara Municipal, ao que foi respondido, basicamente, que a Câmara manteria a seu cargo os equipamentos, a parte estrutural, a parte administrativa e a parte da contabilidade, conforme consta da Ata da sessão realizada em 26/02/2018. Assim, considerando que já não há CANTADVISER, mas sim a BIOCANT, S.A., afirmou que face à sua importância, o assunto merecia uma outra forma de tratamento.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que quem adquiriu foi o Sr. Eng.^o Jorge Marques, e não quem foi mencionado. De seguida afirmou não compreender qual a dificuldade em entender a situação em causa, porque felizmente, o BIOCANT ou a ABAP, negociaram com um investidor, que está a investir fortemente não só no BIOCANT, mas também em empresas que lhe estão ligadas, querendo não só investir nas empresas que estão sedeadas no Parque, mas também na própria zona industrial e trazendo para Cantanhede empresas estrangeiras que querem apostar na zona de Cantanhede. Informou assim que, no momento, têm a

gestão do parque, existindo ainda a ABAP e o BIOCANT porque ainda têm candidaturas a decorrer, funcionários e investigadores.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual recordou que já passou mais de um ano sobre a Assembleia Municipal mencionada e sugeriu que o Sr. Luis Pato, lhe fizesse chegar as dúvidas em concreto que tenha, bem como à Sr.ª Presidente da Câmara, para que, de uma forma perentória, as possam tirar. De seguida reforçou a intervenção da Sr.ª Presidente, afirmando que a chegada desse privado e o que está sinalizado em termos de futuro nos investimentos, não só nas empresas do parque, onde em alguns casos as empresas são *spin off* e onde o BIOCANT tem uma pequena participação, através do seu capital de risco, tem como perspetiva no futuro, utilizar aquele polo de Biotecnologia para, eventualmente, atrair empresas ao nível internacional e até extracomunitários para virem investir em Cantanhede. Explicou ainda que se trata de um parceiro privado que faz os seus investimentos, mas as associações Biocant e Abap continuam a existir, até porque, conforme recordou, o Biocant não pode ser extinto, na medida em que o último edifício é de sua propriedade e que, de acordo com as leis comunitárias, durante 5 anos não é possível sequer alienar. Acrescentou que aquelas duas associações mantêm os mesmos associados, nada tendo sido alterado, e que só vê uma mais-valia na nova entidade designada Biocant Park, S.A. porque considera ser importante que todos utilizem a mesma marca. Acrescentou que, com aquele investimento privado, não só o BIOCANT, como a ABAP, e a Universidade de Coimbra, todos conseguirão atrair mais investimento no futuro. Mencionou que quando o Presidente do Biocant ou a Sr.ª Presidente da Câmara tentam atrair ou convidar outras empresas, usando o nome do BIOCANT como um polo de atratividade e dando exemplos de empresas, até do mercado internacional que se encontram lá instaladas, é uma mais-valia e uma carta

de apresentação, porque se trata de um polo de investimento alavancado, obviamente, para a atividade que é exercida pela Biocant. Recordou que já houve alienação de dois edifícios, podendo também o terceiro ser alienado no futuro, pois já tem condições para o poder ser, não esquecendo o papel da gestão e do papel que o município teve e continuará a ter, tendo sido num primeiro momento o indutor do que era a perspetiva do desenvolvimento económico da região, focalizado na área da biotecnologia das Ciências da Saúde, o que, até ao momento, não têm corrido mal, sendo a próxima etapa o núcleo industrial do Biocant. Recordou que, através da formação dos jovens universitários, procura-se, num primeiro momento, fixá-los na região, particularmente em Cantanhede, e num segundo momento, incentivá-los a criarem as suas próprias empresas. Deu alguns exemplos, como a Cristaminal que obteve muito bons resultados, outras não obtiveram resultados tão bons, outras foram absorvidas por outras e outras tiveram que cair. Acredita assim que, nesta nova fase que é a atração industrial, todos ganham, porque não se trata apenas de fixar quadros qualificados, mas também de poder criar na zona industrial uma área designada por Núcleo Industrial do Biocant, com umas dezenas de hectares, onde os investidores se poderão instalar. Voltou finalmente a informar o Sr. Luís Pato que, caso ainda tenha qualquer questão que deseje ser respondida, que as envie a ele bem como à Sr.^a Presidente da Câmara. Informou de seguida que chegou à Mesa uma proposta de Voto de Louvor a Nuno Sérgio dos Santos Dias, proposto pela bancada do Partido Socialista e, num momento posterior, também pelo representante da CDU pelo que colocou à votação a aceitação daquele Voto de Louvor para apreciação discussão e votação.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual recordou que tem sido postura da sua bancada, ao longo do

mandato, que estes assuntos sejam previamente remetidos juntamente com a ordem do dia, para que as bancadas possam ter conhecimento e poderem previamente deliberar sobre eles internamente e depois discuti-los aqui e votá-los em consonância. Acrescentou que, ainda assim, tratando-se de um caso de excecionalidade, também a sua bancada tinha intenção de o apresentar na próxima Assembleia e porque o desporto é uma área muito específica que vive muito de resultados, dado que o principal evento justificativo do voto de louvor aconteceu entre o envio da convocatória e a própria Assembleia e atendendo a que Nuno Dias, dentro do fenómeno desportivo e do fenómeno do futsal em particular, é uma personagem sobejamente conhecida e com uma biografia que não merece grande discussão, informou que a sua bancada também se associa àquele voto, aceitando assim a sua apreciação para votação.---

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura colocou então a votação de toda a Assembleia, a aceitação para apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Louvor a Nuno Sérgio dos Santos Dias, tendo a mesma sido aceite por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Carlos Negrão, o qual referiu que, existindo já um Voto de Louvor por escrito, a bancada da CDU, solidariza-se com o mesmo e lembrou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes que era manifestamente impossível apresentar atempadamente aquele documento, uma vez que o acontecimento que lhe deu origem ocorreu no domingo passado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual procedeu à leitura do Voto de Louvor apresentado, e agora subscrito por todos os Membros da Assembleia Municipal, do seguinte teor: "*Nuno Sérgio dos Santos Dias*

é natural de Cantanhede, onde começou a prática desportiva no basquetebol quando tinha 11,12 anos. Passou para o futebol ao fim de um ano no Marialvas, clube onde chegou aos séniores. O futsal surgiu pela necessidade de compatibilizar o desporto com os estudos e no último ano do curso ingressando na Académica, que subiu nessa temporada da 2ª à 1ª divisão. Foi chamado à seleção nacional e iniciou a carreira de treinador na época 2006/2007. Esteve cinco épocas à frente da equipa do Lourical, onde chegou por duas vezes às meias-finais do playoff do Campeonato Nacional. Na época 2011/2012 transferiu-se para a Rússia onde foi treinador-adjunto. Em julho de 2012, Nuno Dias foi apresentado como novo treinador da equipa de futsal do Sporting onde se manteve até 2016. A sua primeira época no Sporting é marcada pelo domínio total da modalidade em Portugal, com a conquista do Campeonato Nacional e da Taça de Portugal. Mas se a época começou com vitórias, terminou de igual modo com a conquista do campeonato nacional, o segundo para Nuno Dias e o décimo segundo para o Sporting. Na época de 2015/2016, Nuno Dias conquistou todas as quatro competições oficiais em que participou: Campeonato Nacional, Taça de Portugal, Taça da Liga e Taça de honra. Em 2016/2017 conquistou o seu quarto título nacional e em termos internacionais atingiu pela primeira vez a final da UEFA. Na época 2017/2018, Nuno Dias conduziu o Sporting à conquista do tricampeonato, algo que o Sporting já não conseguia desde 1995. À conquista do campeonato juntou-se as conquistas da Taça de Portugal e da Supertaça, formando assim um triplete, algo que só tinha acontecido por uma vez na equipa da história do Sporting. Em sete temporadas ao serviço do Sporting, Nuno Dias conquistou 5 Campeonatos Nacionais, 3 Taças de Portugal, 3 Supertaças e 2 Taças da Liga. O Sporting venceu este domingo a final da Liga dos Campeões Europeus de Futsal. Nuno Dias conquistou finalmente o troféu europeu que perseguia e lhe escapou nas 3 finais que tinha disputado. No dia

12 de outubro de 2013 foi considerado personalidade desportiva do ano na 3ª Gala do desporto organizada pelo jornal da Bairrada em parceria com a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Nuno Dias defendeu a 24 de novembro de 2015 com distinção na Universidade da Beira Interior, a sua dissertação de mestrado sobre a representatividade dos exercícios de treino em relação com o jogo de futsal. Concluiu o mestrado com 17 valores. A 19 de fevereiro de 2018 foi agraciado pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra com o Prémio - Carreira 2018. No dia 19 de março de 2018 recebeu o prémio de treinador do ano na Gala Quinas de Ouro da Federação Portuguesa de futebol. Em 2013 e 2014, foi distinguido com o prémio Stomp na categoria técnico. Em 2014 e 2016 recebeu o prémio Leões Honoris Sporting na categoria treinador do ano. Assim, os deputados do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal do município de Cantanhede reunida a 30 de abril de 2019 atribuir um voto de louvor ao cidadão de Nuno Sérgio dos Santos Dias".-----

----- O Sr. Presidente da Mesa João Moura, colocou a votação o Voto de Louvor ao treinador de futebol Nuno Sérgio dos Santos Dias, tendo mesmo sido aprovado por maioria com 32 votos a favor e 1 voto em branco. Recordou de seguida que, tendo sido levantada a questão do Dr. Cândido Ferreira, independentemente de tudo o que já foi referido na sessão, referiu que apesar do correto seria que os votos de louvor fossem apresentados a seu tempo, para todas as bancadas poderem partilhar, no entanto, atendendo à oportunidade e com certeza também pelo recente evento onde participou o Dr. Cândido Ferreira, ceite que a Assembleia se manifeste. Recordou que, depois das obras do Museu do Colecionismo, o mesmo será inaugurado com toda a pompa e circunstância, pelo que não sabe se este seria o melhor momento para

eventualmente distinguir o cidadão Cândido Ferreira, sendo certo que tanto pode ser distinguido hoje pelo seu gesto recente, como noutro momento.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual relativamente à proposta de Voto de Louvor ao Dr. Cândido Ferreira, uma vez que não houve tempo para escrever um voto de louvor como efetivamente aquele cidadão merece, propôs que, conforme combinado com os elementos da bancada do PSD e da bancada da CDU, o Voto de Louvor em causa fosse apresentado na próxima Assembleia, responsabilizando-se por escrevê-lo e por partilhá-lo com as duas bancadas para chegarem a consenso. No entanto deixa ao critério das outras bancadas para se pronunciarem sobre a situação. Referiu que tal facto não invalida que, na altura da inauguração do museu, a Câmara Municipal não o deva homenagear e considera que não se pode deixar de assinalar aquele momento de doação do seu espólio à Câmara Municipal.-----

----- Interveio ainda o Sr. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, confirmando não fazer sentido aprovarem um voto que ainda não foi redigido e que teria de constar da ata, mesmo sem ter sido lido, sendo até demeritório para o próprio cidadão e, portanto, encontra-se aberto a que, em consonância chegarem a um texto de um Voto de Louvor a aprovar posteriormente, e que possa até, vir já na ordem de trabalhos da próxima Assembleia.-----

----- Finalmente o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, concordou com o que foi acertado entre as várias bancadas, com a apresentação de um texto devidamente fundamentado que será apresentado na sessão ordinária a realizar em junho, podendo também, num momento posterior à inauguração do Museu, que as qualidades do cidadão Cândido Ferreira sejam, obviamente, enaltecidas em relação

à sua ação.- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 2 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (1.ª Revisão do PDM) e estabelecimento simultâneo de Medidas Preventivas”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou o acompanhamento do assunto pelo Sr. Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º António Abreu, bem como a realização de uma projeção explicativa. Recordou, de seguida que no momento, a Zona Industrial de Cantanhede, em termos de PDM está praticamente preenchida, pois a procura é bastante grande, não só de empresas fora de Cantanhede, mas também de empresários locais, que felizmente estão a ter um grande sucesso. Acrescentou que, a questão em análise tem precisamente a ver com uma delas, a Fruti Taipina, uma empresa maioritariamente de armazenagem de maçã e pera, de produtores de várias regiões, que tem 86 trabalhadores, faturou 13.000.000,00 €, sendo que 40% das receitas provêm de exportações. Recordou que, o Município de Cantanhede é o segundo maior exportador de toda a Comunidade Intermunicipal e que a empresa já tem garantida, para o ano 2019, uma colheita de maçã e pera que ultrapassa um investimento de 1.500.000,00 €. Assim, têm necessidade de alargar as suas instalações para aumentar a capacidade de armazenagem de frio, sendo que a nova unidade irá empregar mais 30 trabalhadores, além dos que já foram referidos. Informou ainda que, uma vez que já não havia

terrenos disponíveis, a Câmara já deliberou a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal que abrange uma área de 20.168,00m² e estabeleceu também medidas preventivas. Acrescentou que a intenção, é que, na nossa Zona Industrial de Cantanhede, se possa definir uma zona mais vocacionada para empresas ligadas à biotecnologia, que queiram vir para o Município pela atratividade e pelo apoio que o próprio Biocant pode dar.-----

----- O Sr. Presidente deu, de seguida, a palavra ao Sr. Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º António Abreu, o qual, com o auxílio de uma projeção, confirmou que, efetivamente, há várias empresas que estão em crescimento na Zona Industrial. No caso da Fruti Taipina, que está num processo de crescimento muito rápido, e pretendia uma área na ordem dos dois hectares e que já não era possível conseguir instalá-la dentro da zona industrial atualmente existente. Prestou, de seguida todos os esclarecimentos relativos à zona industrial e às empresas que lá se encontram, bem como às que estão prestes a instalar-se, demonstrando que a única solução será o alargamento da Zona Industrial para o lado poente, ou seja, para o lado de Cadima. Esclareceu, de seguida que se trata de uma zona florestal, pelo que a única solução é a suspensão do Plano Diretor Municipal naquela área, a seguir à empresa Anicetos, e criar ali uma zona com cerca de dois hectares, o que permitirá a ampliação da Fruti Taipina com umas novas instalações. Informou ainda que o processo foi acompanhado pela Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Dr.ª Isabel Matos, junto da CCDR, implicando a suspensão do Plano Diretor Municipal pelo período de dois anos, com a possibilidade de prorrogar mais um ano. Acrescentou que, as medidas preventivas, não são mais do que as mesmas regras que estão definidas para a zona industrial e que a CCDRC também se compromete a avançar com a alteração do plano diretor para poder comportar a empresa Fruti

Taipina e a ampliação da Zona Industrial. Referiu também que o procedimento vai ser rápido, uma vez que a CCDRC tem tido uma postura sempre muito pró-ativa nas decisões que têm que ser tomadas rapidamente. Finalmente, informou que a Câmara propõe assim à Assembleia Municipal a aprovação da suspensão parcial do plano e o estabelecimento das medidas preventivas e, depois de aprovada pela Assembleia Municipal, o processo é remetido para publicação no Diário da República e nos Órgãos da Comunicação Social, sendo um procedimento rápido.-----

----- Interveio o Sr. Carlos Ventura, o qual após cumprimentar todos os presentes pediu esclarecimento sobre se a Fruti Taipina iria manter apenas a primeira unidade ou se passaria a ter duas unidades em locais distintos.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que, como não se consegue alargar a área já existente, terá que se deslocalizar.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 2 - "Apreciação, discussão e votação da proposta de suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (1.ª Revisão do PDM) e estabelecimento simultâneo de Medidas Preventivas"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 - "Remodelação do Abastecimento de Água ao Sector da Tocha - Adutoras Fervença/Tocha e Tocha / Praia da Tocha / Declaração de Interesse Público Municipal"**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou já ter sido referido que a INOVA vai proceder à remodelação do abastecimento de água no setor da Tocha - adutoras Fervença/Tocha, Tocha/Praia da Tocha, sendo que para que tal aconteça, a conduta vai ser construída em caminhos públicos, abrangendo uma extensão de

220m, com uma largura de 3,5m, perfazendo uma área de 770m². Acrescentou que grande parte daquela área está dentro das restrições da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional pelo que, de acordo com o estipulado por lei, pela planta de condicionantes e ainda na revisão do PDM, há a necessidade de poderem vir a ser autorizados, a título excecional, as áreas integradas em RAN para a realização de ações de relevante interesse público. Concluiu que aquele projeto proposto pela INOVA enquadra-se numa ação de relevante interesse público, pelo que para a instrução do processo junto da Reserva Agrícola e da CCDRC, há a necessidade de emitir uma declaração emitida pela Assembleia Municipal comprovando que o projeto é considerado de interesse público municipal, o que se está agora a solicitar.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 3 – “Remodelação do Abastecimento de Água ao Sector da Tocha – Adutoras Fervença/Tocha e Tocha / Praia da Tocha / Declaração de Interesse Público Municipal”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 4 – “Relatório anual de atividades e Plano de Ação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede / Para conhecimento”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que a postura da Assembleia Municipal, relativamente à questão da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens já é bastante conhecida a nível nacional, não só pelo interesse que têm manifestado na preocupação de terem conhecimento do referido relatório e de se inteirarem de tudo. Acrescentou que a escolha dos representantes daquela Comissão nunca foi um processo partidarizado, representando sempre todos os

quadrantes políticos, foi assim que foi sempre apresentado, sempre com a escolha de pessoas da comunidade com perfil, que têm dado bons contributos. Sublinhou tratar-se de uma instituição oficial não judiciária, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a todas as situações que sejam suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento integral. Afirmou de seguida que a Comissão teve um balanço bastante positivo, sobretudo quando o ano de 2018 foi marcado por uma mudança muito grande em termos nacionais, seja de direção, seja de um conjunto de linhas orientadoras que vêm para uma outra fase importante das Comissões de Proteção de Menores. Realçou que, neste trabalho bastante exigente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, na maior parte das vezes invisível e nem sempre valorizado, tem feito um esforço imenso e notável para solucionar as questões mais complexas e muito difíceis com que a Comissão se tem deparado. Afirmou que todos os elementos têm a consciência profunda da elevada exigência técnica e humana, não só pelo número de casos, mas sobretudo pela diversidade e complexidade das problemáticas de situações acompanhadas. Considerou importante dar a garantia de que estão a intervir cada vez mais, sendo um sinal de esperança visto que, em média, nos relatórios anteriores existiam 130 situações a serem acompanhadas e, no momento, apenas existem 70 processos ativos, o que é bastante positivo, apesar do ideal era que fosse 0 e que a Comissão não fizesse sentido nenhum. Acrescentou que, continua a haver uma grande preocupação com os mecanismos de avaliação e de feedback bem como com a questão da celeridade no tratamento dos casos, pois a infância não dura muito tempo. Reforçou que o processo tem que ser altamente trabalhado pela delicadeza das situações, com a intervenção precoce que é decisiva neste tipo de processos e com a aposta bastante importante na cultura de proximidade e sobretudo, com as parcerias que a Comissão estabelece com outras instituições, também em

termos locais, envolvendo as Juntas de Freguesia, que são determinantes para as respostas. Informou ainda que, em 2019, a reestruturação da Comissão restrita e alargada vai implicar a escolha de novos elementos, os quais deverão colocar, acima de tudo, o interesse das crianças e da Comissão. Sublinhou ainda que, existe uma boa articulação com o Ministério Público, cuja cooperação, apoio e acompanhamento têm sido notáveis, para além do seu papel autónomo de fiscalização. Referiu de seguida que, a prevenção enquanto estratégia de promoção de direitos e de intervenção, tem garantido uma maior sensibilização e envolvimento da comunidade face a esta problemática, existindo hoje uma ideia diferente quanto ao papel da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que hoje é a entidade que mais sinaliza processos, deixando de ter a imagem negativa de quem retira as crianças aos pais, existindo ainda uma base de confiança de que cuidam e zelam pelas crianças. Informou, de seguida que se vai aderir a um projeto novo, o projeto "Adélia", no âmbito da parentalidade, que tem um papel decisivo no caso da questão das crianças e prende-se precisamente com campanha nacional a que a Comissão já aderiu. Esclareceu que o pinguim Adélia, uma das espécies mais forçadas, trabalhadoras e comprometidas com a parentalidade, pois viajam milhares de quilómetros sob condições inóspitas, para conseguirem estar com os seus pares, acasalar, cuidar das crias, usam estratégias engraçadíssimas, que vão desde chocar o ovo e tratar da alimentação em turnos repartidos. Esse projeto trabalha assim a questão da paternidade, da maternidade e sobretudo o treino de competências e o desenvolvimento de uma cultura, apostando também na formação e na educação enquanto processo de mudança. Finalmente, informou que as outras questões se mantêm, nomeadamente, 64 novos processos foram instaurados, mantêm-se 64 processos de 2017 e foram arquivados 90. Acrescentou que se reabriram 32

processos, o que é preocupante, tendo-se celebrado à volta de 150, por acordo de promoção e proteção, estando 70 processos ativos que transitaram para o corrente ano. Relativamente aos motivos que levaram a Comissão a intervir, distinguem-se as questões de violência doméstica, que expõem as crianças a comportamentos que são inadequados e que não são bons para elas, casos de negligência, exposição a comportamentos que comprometem o bem-estar e desenvolvimento da criança, começam também a aparecer nas crianças um conjunto de comportamentos graves, antissociais e com a ausência de acompanhamento parental, não existindo o acompanhamento educativo desejável. Sublinhou a participação das pessoas que fazem parte da Comissão, nomeadamente, os elementos que foram nomeados pela Assembleia Municipal, que, de facto, dão melhor de si, com notável espírito de colaboração, de entrega e de solidariedade num ambiente complexo, difícil e perante situações que são, de facto, desgastantes. Também as muitas instituições, enquanto parceiras, que continuam a perceber que é uma tarefa de todos e, portanto, a Comissão acaba por ser uma Comissão muito mais alargada no sentido de juntar esforços, para que aquela realidade seja eliminada do concelho. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, o **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Pequenas vozes de Febres”, o Ponto 6 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Requalificação da sede da Junta e Capela Mortuária de Cadima”, o Ponto 7 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de pedras e entulhos do leito da Ribeira de Ançã”, o Ponto 8 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de**

atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Requalificação do cemitério da Freguesia”, o Ponto 9 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2018 pela equipa de Sapadores Florestais”, o Ponto 10 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação dos cemitérios da Freguesia”, o Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Requalificação da sede da Junta de Freguesia” e o Ponto 12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Requalificação do Polidesportivo de Sepins e requalificação sede da antiga Junta de Freguesia do Bolho” tratam de propostas de atribuições de subsídios, pelo que solicitou que a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, as apresentasse conjuntamente, sendo posteriormente votadas individualmente.-----

----- Deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente às Pequenas Vozes de Febres, o coro estreou-se em 16 de março de 2010, na altura chamava-se Coro Infantil de Febres e era constituído por 24 crianças, sendo que, no momento, conta com cerca de 51 elementos entre os 5 e os 18 anos. Acrescentou que, desde a sua fundação foram orientados e dirigidos pela mestre Anabela Rocha, e que como todos já sabem, não são uma associação e estão sob a dependência da Junta de Freguesia. Informou ainda que, nestes 9 anos de existência, sempre estiveram disponíveis para representar e para participar em diversas iniciativas pelo que se propõe atribuir à Junta de Freguesia de Febres um apoio financeiro no valor de 500,00 €. Recordou ainda que faz parte dos subsídios

C

culturais que foram atribuídos a outras coletividades e que apenas vem à Assembleia para aprovação por se tratar de uma Junta de Freguesia. Relativamente aos restantes subsídios informou que têm a ver com os valores iniciais que são atribuídos às Juntas de Freguesia em articulação com os seus Presidentes de Junta, através de acordos de execução, contratos interadministrativos ou subsídios. Assim, informou que: - Para a requalificação da sede da Junta e casa mortuária de Cadima atribui-se um subsídio à Freguesia de Cadima, no total de 25.000,00 €, sendo 15.000,00 € destinados à sede e de 10.000,00 € destinados à Casa Mortuária; - Para a freguesia de Ançã, destinado à limpeza de pedras e entulhos do leito da Ribeira de Ançã levada a efeito pela própria Junta de Freguesia, propõe-se um subsídio de 10.000,00 €; - Para a Junta de Freguesia da Sanguinheira, destinado à requalificação do cemitério da freguesia, um subsídio de 20.000,00 € mil euros; - Relativamente à Junta de Freguesia da Tocha, destinado à execução de trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano 2018 pela equipa de sapadores florestais da própria Junta de Freguesia, o apoio é de 7.500,00 €; - Para a União de Freguesias de Covões e Camarneira, destinado à requalificação do cemitério, um subsídio de 10.000,00 €; - Para a União das Freguesias de Portunhos e Outil, destinado à requalificação da sede da Junta de Freguesia, um subsídio no valor de 10.000,00 €; - Para a União das Freguesias de Sepins e Bolho, destinado à requalificação do polidesportivo de Sepins, um subsídio de 40.000,00 € e ainda 10.000,00 € destinados à requalificação do edifício da sede da antiga Junta de Freguesia do Bolho.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 5** – **“Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Pequenas vozes de Febres”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 6**
– “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Requalificação da sede da Junta e Capela Mortuária de Cadima”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 7**
– “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza de pedras e entulhos do leito da Ribeira de Ançã”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 8**
– “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Requalificação do cemitério da Freguesia”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 9**
– “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2018 pela equipa de Sapadores Florestais”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 10**
– “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação dos cemitérios da Freguesia”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 11**
– “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Requalificação da sede da Junta de Freguesia”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 12** – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Requalificação do Polidesportivo de Sepins e requalificação sede da antiga Junta de Freguesia do Bolho”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 13** – “Apreciação, discussão e votação das condições com vista à concessão da exploração do Bar Quiosque junto ao Largo S. Mateus, em Cantanhede / Hasta Pública”.-----

----- Interveio de novo a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, a concessão do bar em causa teria terminado em 31 de agosto de 2018, mas foi prorrogada por mais um ano, aprovada em deliberação de Câmara, portanto, vai terminar a 31 de agosto de 2019. Assim, propõe-se avançar com a abertura do novo procedimento. Informou, de seguida que, se entendeu manter a base do anterior concurso, com a base de 300,00 € por mês, sendo que, em termos do programa de procedimento e caderno de encargos, o período irá desde o dia 1 de setembro 2019 até 14 de janeiro de 2022, sendo assim para 28 meses, com uma base 8.400,00 €, mais IVA, paga de forma mensal. Esclareceu ainda que o prazo poderá, eventualmente, vir a ser prorrogado por mais 12 meses, até ao dia 14 de janeiro de 2023. Informou ainda que, a situação daquele Bar teve sempre uns períodos mais curtos, devido ao facto da possibilidade da requalificação da EXPOFACIC ou eventualmente, da questão do auditório municipal. Contudo, acredita-se que tudo pode ser conciliável. Acrescentou que, o projeto de requalificação dos balneários e das bancadas do Parque Desportivo de Cantanhede, já foi escolhido e vai ser implementado, pelo que com a conclusão do Parque Desportivo em Cantanhede poder-se-á repensar o espaço da EXPOFACIC. Contudo, informou que, ainda no

presente ano, o Executivo pretende chamar, à semelhança do que já fizeram no ano anterior, os representantes das bancadas para, finalmente decidir qual será a localização do auditório que todos gostariam de ter no Município, que se prevê apenas a partir de 2022.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 - “Apreciação, discussão e votação das condições com vista à concessão da exploração do Bar Quiosque junto ao Largo S. Mateus, em Cantanhede / Hasta Pública”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de consulta prévia para celebração de contrato ao abrigo do acordo quadro para Fornecimento de eletricidade em regime de Mercado Livre (CIMRC-AQ 03/2018) promovido pela CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 02/2019, CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 03/2019, CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 04/2019”**.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, o procedimento é semelhante a outros a que a Câmara costuma aderir através da Comunidade Intermunicipal, pois são concursos que facilitam não só administrativamente, mas também em termos de valores que são muito mais proveitosos para os municípios, porque como são feitos em larga escala, conseguem-se melhores condições. Informou de seguida que, neste caso o que está para aprovação é a autorização para haver compromisso plurianual. Esclareceu ainda que as três informações têm a ver com as três tipologias de energia a fornecer, nomeadamente, a média tensão, a baixa tensão especial e a baixa tensão, para o período de 24 meses, de 1 de julho de 2019 até 30 de junho de 2021, daí a necessidade de autorização da Assembleia para assumir aqueles valores, sendo os

de média tensão de 262.652,32€ mais IVA, os de baixa tensão especial de 288.633,87 € mais IVA e os de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão 2.176.595,20 € mais IVA.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de consulta prévia para celebração de contrato ao abrigo do acordo quadro para Fornecimento de eletricidade em regime de Mercado Livre (CIMRC-AQ 03/2018) promovido pela CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 02/2019, CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 03/2019, CIM-RC – CPr-CCP-ABS n.º 04/2019”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.--

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 15 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2018 e aplicação do resultado líquido do Exercício / da Relação dos bens patrimoniais do Município”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual antes de entrar no assunto propriamente dito, agradeceu na pessoa do Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, o trabalho desenvolvido pela equipa da Divisão Financeira e Aprovisionamento, salientando o papel do Chefe daquela Divisão. De seguida, afirmou que o Executivo pretende que o Município tenha uma saúde financeira de forma a permitir assumir responsabilidades, antever essas mesmas responsabilidades, prevenir situações com as quais não está a contar, e também porque não dizer, sonhar com outras coisas que no município queira concretizar. Assim, adiantou que não é intenção do município baixar impostos, até porque não se sabe o que vem aí e, portanto, se há intenção de dizer às pessoas que necessitam de uma carga fiscal mais

leve, o ideal é solicitar ao Governo que desça os valores dos impostos, como por exemplo os impostos sobre os combustíveis e outros mais. Afirmou que, pessoalmente, não concorda que haja diferenciação de taxas entre os munícipes e considera que deveria ser tudo igual. Acrescentou que tudo o que é transferido para o município, é para o município gerir de forma sensata e cuidada, pois com os recursos que tem, nem sempre se consegue fazer tudo o que realmente se pretende. Todos os recursos são limitados e é com o recurso à economia e à gestão que se tenta maximizar o benefício com recurso escassos, porque se os recursos não fossem escassos, não havia dificuldade nenhuma em gerir. Assim, acrescentou que os resultados obtidos com base num orçamento político, têm a ver com um grande trabalho de equipa, no qual os técnicos se empenharam extraordinariamente, sejam eles quais forem, pelo que, novamente lhes agradeceu por isso. Informando quanto aos documentos que iriam ser apresentados, referiu o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental, os anexos à demonstração financeira e o relatório de gestão, que constam todos da Prestação de Contas. De seguida, auxiliada por uma projeção multimédia, apresentou e explicou resumidamente aqueles documentos, nomeadamente: - Que durante o ano houve cinco revisões ao orçamento e 28 alterações, devido a situações que vão surgindo e que são imprevisíveis; - A dotação inicial do orçamento era de 24.500.000,00 €, tendo terminado o ano com uma correção de menos 100.000,00 €, tendo-se baixado 200.000,00 € na despesa corrente e aumentado 100.000,00 € na despesa de capital, o que não teve repercussões em termos do investimento, representando um controlo e uma contenção da despesa corrente; - Pela primeira vez, a execução da receita foi de 100%, o que significa que o orçamento é feito de uma forma rigorosa; - Os 85% impostos pelo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais



foram ultrapassados, tendo assim sido largamente cumpridos; - Pela constante preocupação na contenção da despesa corrente para que a despesa de capital possa ser um incremento para o investimento no município, foi atingida uma poupança corrente 7.300.000,00 € depois de deduzidas as amortizações dos empréstimos de quase 5.000.000,00 €; - Informou que as receitas correntes, correspondem, às transferências do Estado, aos impostos, os rendimentos provenientes da EDP, da venda de bens e serviços correntes, dos impostos indiretos e das taxas, multas e outras penalidades; - As transferências de capital correspondem à venda de bens e investimentos, a participações recebidas, mas também a pagamentos relacionados com candidaturas que ainda não chegaram ou às quais ainda se está a concorrer; - A receita liquidada e não cobrada, corresponde àquela que já deveria estar no Município, como financiamento comunitário que ainda não chegou e outras que, por várias razões ainda não foi recebida. Acrescentou que, no entanto, já foram efetuados os procedimentos necessários junto da autoridade tributária para que esta possa intervir no sentido do Município poder recuperar os valores em dívida; - Relativamente à despesa paga, recordou que o município transitou de ano sem qualquer despesa de curto prazo, apesar de que, do ponto de vista contabilístico, há verbas que têm que lá estar, tais como as faturas que chegam e não estão em condições legais de serem pagas, ou por exemplo, pagamentos à Segurança Social que chegam no final do ano mas que só podem ser pagas no ano seguinte; - Relativamente à despesa com pessoal e à aquisição de bens e serviços, há uma alteração, que tem a ver essencialmente com a diminuição dos recibos verdes, devido ao ingresso no quadro de pessoal de 58 trabalhadores, o que por outro lado, provocou um aumento nas despesas com pessoal; - Relativamente aos juros, referiu ser natural que, à medida que vai diminuindo o pagamento da dívida de longo prazo, os juros

também vão descendo; - Recordou que, ao nível da despesa de capital, o pico maior foi em 2015 e teve a ver, essencialmente, com as construções dos Centros Educativos, com vários milhões em candidatura, seguido de uma grande quebra, mas no momento a tendência já é novamente crescente, tentando-se, dentro do que é necessário para o município e face às candidaturas existentes, promover várias frentes em termos de investimento, o que está a provocar uma subida, ao contrario dos passivos financeiros que estão em tendência decrescente; - Referiu que, relativamente às Grandes Opções do Plano, destacam-se as funções sociais, logo seguidas das funções económicas e depois de outras funções gerais. Assim, informou que a parte da Educação está sempre em grande destaque, com as refeições e os transportes escolares, a construção da EB, 2.3 de Cantanhede, que apesar de ser da responsabilidade da tutela, o município assumiu, tal como a EB1 de Cantanhede Sul que também foi concluído no ano anterior; - Na parte da Ação Social, houve pagamentos de terrenos, manutenções de espaços verdes, transferências para as associações e ainda o pagamento que está a decorrer dos *leasings* da construção dos complexos desportivos de Cantanhede e Febres. Relativamente ao incentivo à natalidade, constatou que quase duplicou o número de apoios concedidos, talvez não propriamente pelo facto do Município conceder aquele incentivo, mas talvez porque o próprio município está a ser um sítio atrativo para ter mais crianças; - Nas funções económicas, um grande destaque para os terrenos adquiridos na zona industrial de Cantanhede e para a iluminação pública, seguidos da aquisição de materiais para administração direta, trabalhos feitos pela equipa do município, os contratos com o Centro de Neurociências e ainda algumas obras que se destacam, nomeadamente, a rua Marquês de Pombal, a rua Afonso Henriques e os passeios da Tocha; - Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia, para além dos valores atribuídos em

gêneros informou que foram transferidos 2.500.000,00 € em numerário;- Relativamente ao saldo de gerência, que representa a receita cobrada menos a despesa paga, informou do saldo que transitou para 2019 e deu todas as explicações em termos contabilísticos necessários sobre o assunto. Resumiu que, a proposta para a aplicação do resultado líquido é reforçar as reservas legais com 232.343,00 €, correspondendo aos 5% dos resultados líquidos impostos por lei e reforçar as reservas líquidas em 4.414.516,94 €; - Relativamente ao endividamento, recordou que também entra o endividamento das outras entidades que pertencem ao grupo do Município e informou que existe uma larga margem, caso fosse necessário recorrer à banca para qualquer investimento que fosse crucial para o concelho; - Informou que o prazo médio de pagamentos situa-se nos 20 dias, podendo ser mais baixo, uma vez que qualquer fornecedor pode optar pelo pronto pagamento, de acordo com as condições definidas por Lei. Acrescentou que, os fornecedores que cumpram os prazos que são necessários recebem ainda mais rapidamente do que dentro do prazo que foi estabelecido, porque o que o Município pretende que os seus fornecedores ou empreiteiros percebam que podem concorrer e não têm qualquer problema em termos dos prazos de pagamento; - Relativamente ao fundo de apoio municipal informou que continua a ser apoiado, no entanto referiu que deve ser o último ano que o Município o paga. Acrescentou que é, como se de um depósito a prazo se tratasse, e que assim, o Governo poderá disponibilizar 1.179.158,95 € para o Município poder investir; - Referiu-se ainda ao inventário dos direitos e obrigações, informando que no momento estão inventariados 91218 bens, com um valor líquido que atinge quase os 88.000.000,00 €; - Relativamente ao plano de saneamento financeiro, uma vez que o Município foi sempre cumpridor, houve a suspensão da aplicação daquele plano; - Informou ainda que a taxa de execução da receita é de mais de 100%, a poupança de

7.300.000,00 €, o saldo de gerência orçamental de 2.500.000,00 €, o aumento de fundos próprios de 5.800.000,00 €, o resultado líquido do exercício de 4.700.000,00 € e o limite da dívida está em 0,81% da média da receita do último triénio quando o máximo legal admitido é de 1,5%. Todos estes resultados poderiam possibilitar várias coisas, tais como acrescentar várias obras ou mesmo outras intervenções que podem ter um volume considerável do ponto de vista financeiro. Informou assim que, a requalificação das envolventes já está a decorrer, assim como os passeios de Ourentã e Murtede, referiu ainda um projeto do ponto de vista turístico na Praia da Tocha, nomeadamente, a requalificação da sua marginal, assim como a construção de um parque temático logo à entrada para que as famílias possam vir a usufruir desse mesmo espaço e ainda a questão das zonas industriais e da parte desportiva, social e cultural, a rede viária do concelho e a sinalização em termos de pinturas. Finalizada a apresentação da prestação de contas, pediu toda a atenção para a projeção de um pequeno filme, feito pelos funcionários do município, representativo das atividades desenvolvidas durante o ano de 2018.-----

----- Após a projeção do filme em questão, tomou a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual perante os resultados felicitou a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o Executivo, bem como todas as pessoas que contribuíram para que aqueles resultados fossem tão positivos. Acrescentou que, perante aqueles resultados, seria fácil dizer para a Sr.ª Presidente da Câmara e para o restante executivo, que, sendo assim se poderiam baixar os impostos municipais. Mas para quê colocar as pessoas a pagar menos, em vez de utilizar aqueles resultados para se fazerem as obras que foram elencadas, a renovação da frota, a requalificação dos parques desportivos, conforme foi referido pela Sr.ª Presidente. Contudo, acredita que, resultados como aqueles, obrigam a que se pense um pouco,

e, efetivamente, como disse a Sr.ª Presidente da Câmara, aquelas receitas dos impostos municipais derivam da atividade económica e do acréscimo da atividade económica. Argumentou que foi o aumento da atividade económica que trouxe mais derrama, aumentando as receitas, e que permitiram que houvesse resultados tão positivos, pelo que se deve pensar em investimentos que tragam retorno ao município. Referiu que uma questão que julga crucial para o desenvolvimento económico e turístico do município de Cantanhede, uma obra que tem vindo a ser adiada, da qual já falou na primeira Assembleia Municipal, nomeadamente, a ligação da estrada municipal 583 à Estrada Nacional 109, que parou há cerca de 12 anos na zona industrial da Tocha. Considerou ser uma obra crucial para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente, para o desenvolvimento industrial e turístico e que será uma obra que trará retorno. Acredita que tem sido adiada porque é uma obra onerosa, que seria mais fácil concretizar se se pudesse recorrer a candidaturas europeias. Mas, como todos sabem, o quadro do Portugal 2020 que termina para o ano, para infraestruturas foi muito reduzido e o que se prevê para o novo quadro de apoio comunitário para 2030, é que seja idêntico, por isso, tal como já disse a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o aumento das receitas dos impostos municipais se deve ao aumento da atividade económica. A Câmara, no momento certo, se for necessário, e se vir que há investimentos cruciais para o concelho, saberá se tem condições económicas para poder ir à banca, tendo em conta os resultados positivos apresentados. Por esse facto, juntaria às propostas que vão ser concretizadas devido a aqueles resultados positivos, a ligação da estrada municipal 583 à estrada nacional 109, até à zona industrial, porque considera que é uma obra crucial para o desenvolvimento económico e para o desenvolvimento turístico do concelho.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, efetivamente os fundos comunitários naquele quadro comunitário não financiam vias, facto já referido em várias reuniões camarárias, porque entende-se que há intervenções cruciais nos municípios que envolvem centenas, para não dizer milhões de euros, e que são determinantes para o desenvolvimento desses mesmos municípios. Por esse facto, tem-se tentado politicamente fazer alguma pressão, para que o próximo quadro comunitário que está a ser já negociado, também possa ter intervenções nesse sentido, e que enquadraria perfeitamente a via mencionada que, do ponto de vista turístico e económico era fundamental. Acrescentou que vários empresários estabelecidos na Zona Industrial da Tocha têm manifestado essa preocupação, sobretudo os que têm transportes pesados e que, com muita frequência, passam pelo meio da vila da Tocha para aceder à Zona Industrial, o que não é muito conveniente. Informou ainda que é uma obra que se está a preparar, nomeadamente com o traçado, a análise dos terrenos e dos proprietários, aguardando-se por um fundo comunitário. Assim, se todo esse trabalho já estiver feito e caso venha a existir essa candidatura, estará já tudo preparado. Referiu de seguida que, há uma intervenção na cidade de Cantanhede que acompanha também aquela necessidade, não do ponto de vista turístico e económico, mas do ponto de desenvolvimento urbano, nomeadamente, a continuação da estrada que vem do prédio junto à Rotunda Colégio Infante Sagres e que iria cruzar junto à estrada que vai para Cadima, como forma de expandir a cidade. Finalizou informando que serão preparados os dois projetos, não sabendo quando se poderão por em prática, mas sem ter os projetos não há a noção dos valores reais envolvidos.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, acrescentando mais uma ou duas obras que estão nos planos do município de Cantanhede já há muitos

anos, desde o tempo em que, em anterior Governo, o então Sr. Secretário de Estado, Paulo Campos veio ao Salão Nobre da Câmara anunciar a conclusão do IC 12. Acrescentou que, sucessivas vezes tem-se reportado ao Ministério das Infraestruturas, que periodicamente solicita ao município as obras que considera prioritárias, tendo sido indicadas as que já foram mencionadas, nomeadamente, a ligação da EN109, extremamente importante, porque conduz uma zona industrial que está em expansão, sendo assim uma das primeiras prioridades. Relativamente à estrada referida pela Sr.ª Presidente da Câmara, como expansão da cidade de Cantanhede para poente fazendo a ligação à rotunda que vai na estrada para Lemedede, informou não ser possível, dado que ser uma zona protegida. Acrescentou que o projeto está feito para ligar essa estrada a uma rotunda que surgiria na estrada nacional próximo da Póvoa da Lomba, para as pessoas que vêm de Coimbra que vão para a zona de Cadima ou da Tocha não terem necessidade de vir ao centro de Cantanhede. Importante também seria o desvio da Estrada Nacional na povoação de Murtede, para o qual foi então consultado o Sr. Secretário de Estado, Paulo Campos, tendo resultado três anteprojetos feitos pelo Ministério das Infraestruturas, dos quais foi escolhido um. Na altura essa obra era devidamente justificada e teve uma ampla participação do Presidente de Junta de Freguesia, mas o traçado escolhido nunca se efetivou apesar de ser efetivamente uma necessidade, na medida em que a estrada Nacional passa por Murtede e passa também mais próximo em Cantanhede pela povoação de Ourentã. Acrescentou que são obras que facilmente teriam enquadramento e elegibilidade, uns por motivos económicos extremamente importantes, outros por motivos que têm a ver com a segurança, cujos projetos já estão elencados. Afirmou finalmente, esperar que possa haver alguma possibilidade de poder ter num determinado momento os fundos comunitários necessários, porque

aquelas obras com os custos das aquisições de terreno e com os custos do traçado daquelas vias representarão milhões de euros.-----

----- Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, Pedro Carrana, sugerindo que, pelo menos 10 a 20% desses fundos fosse distribuído pelas Juntas de Freguesia para que, as próprias Juntas pudessem fazer mais obras, utilizando a mesma forma de cálculo que é usada nos acordos de execução.-----

----- Foi ainda dada a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual referiu que relativamente aos resultados obtidos, seja qual for a vertente analisada, todos os indicadores financeiros apresentados apontam para o equilíbrio financeiro e para a estabilidade do município. Para além disso, verifica-se também um ganho de eficiência e de eficácia do município, com a redução e a contenção da despesa, que têm que ser ressaltado e salientado. Acrescentou que não se pode pensar que foi apenas o crescimento da economia que conduziu àqueles resultados, embora tenha levado a maior cobrança nos impostos, mas de facto, verifica-se um esforço de gestão e de ganhos de eficiência. Acrescentou ainda, como um dos fatores que justificam aqueles resultados foi a assertividade das opções do município, o que significa que o caminho traçado ao longo de 2018 foi o mais correto e teve uma boa execução, um bom planeamento e uma boa contenção dos custos. Referiu ainda que cada Município tem o seu fator de diferenciação e, na presente sessão já se falou de alguns desses fatores relativos ao Concelho, como foi o caso do Biocant ou da Expofacic, que são fatores que se devem continuar a cuidar, porque contribuíram muito para aqueles resultados e, eventualmente, encontrar novos fatores de diferenciação que, daqui a uns anos, poderão dar mais resultados. Finalizou a sua intervenção afirmando ser

este o caminho que se deve continuar a seguir e dando os parabéns ao Executivo pelos resultados obtidos.-----

----- Interveio a Sr.ª Presidente da Câmara, referindo que, quando falou das transferências de competências para as Juntas que acabaram de ser publicadas, admite que o valor que o município vai ter que transferir ultrapasse bem a proposta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã. No entanto, não representa nenhuma verba adicional para o Município pois as competências serão transferidas para as Freguesias, mas as verbas vão ter que sair da Câmara, por isso tudo terá que ser muito bem pensado.-----

----- Finalmente o Sr. Presidente da Mesa, João Moura referiu que, perante os resultados apresentados, efetivamente, houve um reforço na poupança. Acrescentou que, relativamente ao Estado Central que está falido há vários anos e não tem capacidade de investimento, como se pode verificar em determinados serviços de saúde, ou em determinadas prestações de serviços às comunidades, isso acontece porque tem que cumprir perante Bruxelas devido aos exageros que foram cometidos anteriormente. Assim, considera que o reforço da poupança do Município é um bom exemplo do que o próprio Estado Central deveria começar a fazer, isto é poupar. Recordou que, sem poupança não há disponibilização de verbas para poder haver investimento e que, não havendo investimento, não há desenvolvimento. Relembrou também que já houve comentários sobre o facto de que, perante aqueles números, poderia haver disponibilidade do município de Cantanhede para baixar impostos, mas na sua opinião, sobejamente conhecida por todos, é que a derrama é fundamental para o município, tendo em conta as suas necessidades de investimento e as prioridades que devem ser estabelecidas. Acrescentou ainda que, há a perceção de que, neste quadro comunitário de apoio e possivelmente no próximo, as obras que

foram referenciadas como, por exemplo, o auditório, ou a requalificação do espaço da Expofacil não tiveram, mas poderiam ter elegibilidade para os fundos comunitários, na medida em que representam uma componente turística e económica, o que facilmente, poderia garantir essa elegibilidade. Referiu ainda que tiveram que ser tomadas opções, e esta poupança pode gerar receitas para aqueles investimentos. Referiu também a possibilidade de, como disse o Sr. Primeiro Secretário, José Maia Maia Gomes, se recorrer à banca para aqueles investimentos na medida que desde o plano de saneamento financeiro, em 2010, não foi feito nenhum empréstimo, havendo no momento condições para isso. Finalmente, enquanto Presidente da Assembleia Municipal felicitou a Sr.ª Presidente da Câmara porque sabe que aquela poupança não é para encher os cofres do município, antes pelo contrário, é para haver disponibilidade, no momento certo, para fazer obras, seja a fundos comunitários, seja aquilo que forem as decisões políticas no sentido de avançar com os investimentos.-

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2018 e aplicação do resultado líquido do Exercício / da Relação dos bens patrimoniais do Município**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 27 votos a favor, 5 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação o Sr. Luís Pato apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros do P.S., do seguinte teor: "*Relativamente ao ponto em apreciação, pese embora a sua excelente execução técnica e a sua complexidade, este relatório não passa de um instrumento de gestão que em nada altera ou modifica aquelas que foram as opções políticas deste executivo propostas a esta Assembleia no orçamento para 2018. Reconhecemos o facto de ter havido uma redução da dívida, quer a de*

curto prazo, quer a de médio e longo prazo, que registou um decréscimo. Reconhecemos também a diminuição do passivo, o que progressivamente tem retirado desta Câmara de um endividamento que era inaceitável. No entanto, como vimos a referir, o dinheiro não nasce e em contabilidade a regra do deve e do haver é básica, portanto, se na gestão deste município nos mais recentes anos tem sobrado dinheiro, este tem de faltar em qualquer lado e nesta equação, quem tem défice são os munícipes e as empresas. A Câmara Municipal fechou as contas do exercício de 2018 com um resultado líquido positivo de mais de 4.600.000,00€, valor que reflete um aumento face ao ano anterior. Esta política para nós não faz muito sentido quando mais de 40% das receitas correntes da autarquia resulta de impostos e mais uma vez reforçamos que somos a favor de uma gestão equilibrada e responsável e os números agora apresentados demonstram aquilo que já defendemos aquando da votação do orçamento e das grandes opções e que era possível sem colocar em causa a sustentabilidade da Câmara Municipal de Cantanhede e o investimento, o desagravamento da carga fiscal sobre os munícipes. O objetivo da Câmara Municipal não pode ser a obtenção de lucro, mas sim a satisfação da população da forma mais eficiente possível. O acréscimo de 70% do resultado líquido registado em 2017 é um exagero e demonstra que há qualquer coisa que não bate certo. Um aumento tão grande do resultado financeiro mostra que os objetivos de gestão fixados para 2018 foram demasiado modestos e não correspondem à capacidade de concretização de projetos e atividades. Para nós é claro que este Executivo não tem intenção de materializar estes lucros através de uma redução de impostos para o munícipe, isso é inaceitável. Existindo condições, consideramos que este aspeto devia ser um imperativo, pois isto sim atrai populações e empresas para os concelhos, onde naturalmente se inclui o nosso. Este é um aspeto de diferenciação fundamental. Por

estes motivos, a bancada do Partido Socialista vota contra o relatório de gestão aqui apresentado."-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros do PSD, do seguinte teor: "A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede, vota favoravelmente o relatório de gestão 2018 apresentado pela Câmara Municipal de Cantanhede em virtude de encontrar no mesmo o reflexo das políticas sufragadas, uma boa execução das matérias orçamentadas e vários aspetos positivos dos quais se destacam os seguintes: a generalidade dos indicadores económicos apresentam uma significativa melhoria, o que é tanto mais relevante quando se verifica que no país e no ano em questão, houve um abrandamento do crescimento do PIB assim como diminuição do investimento e das exportações, variáveis fundamentais para um crescimento sólido e sustentado da economia no médio e longo prazo. A execução orçamental é bem demonstrativa do excelente desempenho municipal, atingindo percentagens significativas em quase todas as áreas, sendo superior a 85% nas Grandes Opções do Plano, rondando os 90% de execução no orçamento da despesa e os 100% de execução no orçamento da receita. Foi gerada neste ano uma poupança corrente superior a 7.000.000,00€ respeitando-se assim a larga medida o princípio do equilíbrio orçamental, ou seja, a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, o que, por sua vez, reflete a eficácia do controlo orçamental e permite o incremento das despesas de investimento. Um dos aspetos que queremos enfatizar é a redução da dívida de médio longo prazo em 3.000.000,00€, o que traduz um decréscimo estrutural de mais de 27% em relação a dezembro de 2017, sendo também de destacar a descida de curto prazo que baixou mais de 350.000,00€, um abatimento de 8%. Embora não seja o mais significativo dos dados em análise, o saldo

de gerência orçamental a transitar para 2019 tem um valor estimado superior a 2.500.000,00€, valor que assume especial relevo se tiver em consideração dois dados importantíssimos e atrás referidos, a dívida a médio e longo prazo e a dívida de curto prazo. O bom nome da Câmara no mercado é um dado estabelecido, porque à semelhança do que aconteceu em 2017 foi efetuado o pagamento da totalidade das faturas recebidas até 31 de dezembro de 2018, sendo o prazo médio de pagamento a fornecedores de apenas 20 dias, menos 4 que em 2017. Por outro lado, a subida da despesa corrente em mais de 400.000,00€, é um dado que se poderia apontar como menos positivo, mas está plenamente justificado com imperativos de índole social e laboral, nomeadamente a regularização dos trabalhadores com vínculo precário, o acréscimo dos encargos decorrentes com o descongelamento das carreiras e o aumento dos valores das prestações sociais, tanto mais que este aumento foi compensado com uma diminuição acentuada da aquisição de bens e serviços e dos custos com serviço da dívida. O resultado líquido, como se referiu, superior a 4.600.000,00€ corresponde a um aumento de 70% em relação a 2017. Os fundos próprios aumentaram mais de 5.600.000,00€, o passivo diminuiu 3.100.000,00€ e o ativo aumentou 2.400.000,00€, outros indicadores que bem demonstram os excelentes resultados alcançados em 2018. Destaque ainda para os 49% de pagamentos efetuados no âmbito das Grandes Opções do Plano correspondentes a mais de 5.000.000,00€ que foram alocados a funções sociais, nomeadamente refeições e transportes escolares, obras de beneficiação e apetrechamento de estabelecimentos de ensino e incentivos de apoio à natalidade, apoio a agregados familiares em situação de extrema carência económica, entre muitos outros. Não menos destaque, merecem as transferências e os subsídios em géneros às Juntas de Freguesia e coletividades do concelho, cujo valor ronda os 2.000.000,00€, sinal

inequívoco de apoio ao tecido associativo local e à autonomia das Freguesias, enquanto órgão autárquico de maior proximidade às populações. Os resultados obtidos, apesar de positivos, devem ser encarados com prudência e sem devaneios despesistas ou populistas, já que permitem apenas encarar com algum otimismo o futuro próprio, seja para fazer fase a um quadro de transferência de competências ainda muito nebuloso ou para alavancar projetos e investimentos em que a componente de fundos próprios seja necessária ou mesmo vital.”-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 16 – “Reporte da Execução financeira dos Contratos-Programa celebrados com a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA relativos ao ano de 2018 / Para conhecimento”.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, de acordo com a lei, a INOVA celebrou com o Município vários contratos programa, nomeadamente, para transportes urbanos de passageiros, para limpeza urbana, para desenvolvimento urbanístico e paisagístico e espaços verdes e para a Quinta Biológica os quais ascenderam a mais de 600.000,00 €. Acrescentou que o visto do Tribunal de Contas foi obtido em 22 de fevereiro de 2018 e que, de acordo com a lei deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, do desempenho financeiro desses contratos/programa. Assim, informou que contrato/Programa para os transportes de passageiros teve um desvio positivo de 1.054,00 €, mas todos os outros tiveram um desvio negativo, nomeadamente, os espaços verdes – 21.788,00€, a limpeza urbana – 28.405,00 € e a Quinta Biológica 3.892,00 €, motivados pelo aumento com os custos com o pessoal devido às atualizações remuneratórias.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 17 – «Reembolso e restituição da derrama liquidada pelos sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150.000,00 €, relativo ao exercício económico de 2017 / Para conhecimento»**.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que as taxas da derrama não estão no valor máximo, tendo o Município autorizado que os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00 € não pagariam derrama. No entanto, e como todos já têm conhecimento, houve um problema informático que já foi várias vezes referido na própria Assembleia Municipal sendo que, sempre que um empresário tenha conhecimento desse facto, vem à Câmara reclamar o que pagou indevidamente. Acrescentou que, neste caso foi a empresa, *Morais Figueiredo, Unipessoal Limitada*, que solicitou a restituição de 58,81€ e, que no total já foram devolvidos a empresários 11.175,60 €, respeitantes a 63 processos.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 18 – «Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2019»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a revisão em causa tem, essencialmente, a ver com candidaturas, nomeadamente, a candidatura "Recomeçar" e a candidatura para a cobertura da rede *Wi-Fi*. Mas Também com o recebimento das indemnizações das seguradoras derivadas dos estragos provocados pela tempestade Leslie, com o saldo de gerência que transitou de 2018, existindo naturalmente um reflexo ao nível da despesa naquelas mesmas áreas. Concluiu que o orçamento para o ano 2019, continua a cumprir todas as regras uma vez que a diferença entre a receita corrente

e a despesa corrente continua a apresentar um saldo positivo de mais de 1.500.000,00€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 – Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2019**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 6 abstenções.

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.

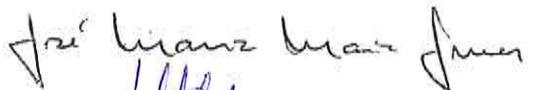
----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.

----- Finalmente, sendo 18h45 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário:



----- A Segunda Secretária:

